



| Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CLIPPING

14 de junho de 2019

**Dia Mundial
do Doador
de Sangue**

14 de junho

<http://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/homepage/outros-destaques/doacao-de-sangue>

SUMÁRIO

ENTREVISTAS	4
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.....	5
Ecobarco auxilia na coleta de lixo do rio Pinheiros	5
Operação fiscaliza emissão de fumaça preta em veículos movidos a diesel.....	7
Exclusivo: Guararema conquista a melhor colocação no selo Verde e Azul entre todas as cidades do Alto Tietê.....	8
Metro Indica: corra para o arraial!	10
Três boas festas juninas para curtir com as crianças.....	11
Áreas contaminadas no Estado e na região	12
Cetesb interdita área de transbordo.....	14
Se poluiu, leva multa!	15
Site da Prefeitura disponibiliza documentos relacionados a licenciamento ambiental	16
USP sedia conferência da Rede Internacional de Campi Sustentáveis	17
Cetesb faz vistoria na Avenida das Orquídeas	18
Conselho do Condephaat é empossado em cerimônia na Secretaria	19
TJBA participa do 3º Encontro de Juízes Ambientais.....	21
Primeira sessão pós-tumulto é marcada por clima tenso.....	23
Conta de água em Mogi das Cruzes sobe 4,72% em julho	24
VEÍCULOS DIVERSOS	25
Pesquisa estima que 17% dos animais marinhos podem desaparecer até 2100	25
SP aprova lei que proíbe fornecimento de canudinhos de plástico em bares, padarias e restaurantes em todo o Estado	26
Porto de São Sebastião: Roque santeiro ou Viúva Porcina?	27
Nova privada funciona sem água, gera energia e fertilizante.....	28
Nem a reciclagem dá conta do problema do plástico no meio ambiente	29
FOLHA DE S. PAULO	31
Conselho do patrimônio histórico de Doria não tem historiador.....	31
Mônica Bergamo: Queda de Santos Cruz era esperada há mais de um mês por membros do governo	33
Painel: Para aliados, mesmo subordinado, general Santos Cruz ainda via Bolsonaro como 'capitão'	35
Petrobras recebe R\$ 31,5 bilhões pela venda de malha de gasodutos.....	37
É possível engajar até nações resistentes na luta ambiental, diz enviado da ONU	38
Proposta de Kim prevê isentar agropecuária de licenciamento	40
ESTADÃO	42
Petrobrás tem oferta de US\$ 1 bi por áreas e recebe R\$ 33 bi da TAG.....	42
Coluna Broadcast: Concessão das marginais Pinheiros e Tietê recebe plano até teleférico	43
VALOR ECONÔMICO	44
Estatais estrangeiras avançam no Brasil.....	44
Estatais estrangeiras gastam R\$ 120 bi no setor de infraestrutura do Brasil, e movimento vai crescer ...	45
Agricultura familiar e sustentabilidade.....	51
Engie quer assumir papel relevante no gás natural	53
Ao menos quatro petroleiras monitoram leilão do pré-sal	54

União perde disputa sobre custo de energia	55
GreenYellow vai investir em geração distribuída em São Paulo	56
Vale negocia dois acordos com a Justiça	57
Parcerias na corrida do carro elétrico	59
Cargill combate desmatamento do Cerrado.....	60
Petróleo impulsiona ganhos em Wall Street	61

Data: 14/06/2019**Veículo: Jornal Gazeta de Pinheiros**

SP +Bonito vai beneficiar região

A cidade de São Paulo é a primeira a receber o programa 'SP +Bonito', do governo estadual. A iniciativa, que tem o objetivo de incentivar a revitalização de áreas verdes, mapeou 148 locais numa área total de aproximadamente 420 mil metros quadrados.

O programa está sendo viabilizado com o apoio da iniciativa privada e várias empresas já aderiram ao programa. Elas serão responsáveis por serviços de zeladoria urbana como limpeza, poda, manutenção, inclusão de mobiliários, adubação de canteiros, rotatórias, jardins e praças.

'Em 2017 nós reformulamos o programa Adote uma Praça, uma iniciativa que foi lançada por Mario Covas na década de 80 e que havia sido esquecida. Hoje temos mais de mil praças e canteiros adotados na cidade, que se somam a esta nova etapa', disse o prefeito Bruno Covas.

Nesta nova etapa, a **Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo)** é uma das empresas apoiadoras do programa e adotará 70 áreas verdes da capital. 'É muito importante termos entre nós a cultura da manutenção e o quanto é importante zelarmos pelos nossos espaços públicos. Vamos cuidar, vamos embelezar o nosso Estado', enfatizou **Marcos Penido, Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente**. Dentre as áreas já adotadas, destacam-se os canteiros centrais das avenidas Eliseu de Almeida e Pacaembu e as praças Adolfo Bloch e Santos Coimbra.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25403248&e=577>

SP +Bonito vai beneficiar região



A cidade de São Paulo é a primeira a receber o programa "SP +Bonito", do governo estadual. A iniciativa, que tem o objetivo de incentivar a revitalização de áreas verdes, mapeou 148 locais numa área total de aproximadamente 420 mil metros quadrados.

O programa está sendo viabilizado com o apoio da iniciativa privada e várias empresas já

aderiram ao programa. Elas serão responsáveis por serviços de zeladoria urbana como limpeza, poda, manutenção, inclusão de mobiliários, adubação de canteiros, rotatórias, jardins e praças.

"Em 2017 nós reformulamos o programa Adote uma Praça, uma iniciativa que foi lançada por Mario Covas na década de 80 e que havia sido esquecida. Hoje temos

mais de mil praças e canteiros adotados na cidade, que se somam a esta nova etapa", disse o prefeito Bruno Covas.

Nesta nova etapa, a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) é uma das empresas apoiadoras do programa e adotará 70 áreas verdes da capital. "É muito importante termos entre nós a cultura da manutenção e o quanto é importante zelarmos pelos nossos espaços públicos. Vamos cuidar, vamos embelezar o nosso Estado", enfatizou Marcos Penido, Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Dentre as áreas já adotadas, destacam-se os canteiros centrais das avenidas Eliseu de Almeida e Pacaembu e as praças Adolfo Bloch e Santos Coimbra.

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Jornal Gazeta de Pinheiros

Data: 14/06/2019

Ecobarco auxilia na coleta de lixo do rio Pinheiros

Os Ecobarco começaram a circular no Dia Mundial do Meio Ambiente. No dia, foram testados dois coletores de resíduos flutuantes, conhecidos como 'Ecoboats'. O Governo do Estado estuda um plano de ação para a despoluição do Rio Pinheiros. No dia, o Governador João Doria afirmou que 'conforme compromisso assumido em campanha, vamos despoluir o rio em parceria com a iniciativa privada até 2022. O projeto está em andamento e em breve lançaremos o edital. É fundamental o engajamento da população nesse processo. Não jogue lixo nas ruas e, muito menos, nos rios e córregos. Além disso, apenas na Capital, existem mais de 100 mil imóveis que têm acesso à rede de esgoto e não estão conectados à mesma. A população precisa se conscientizar'. A **Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente**, por meio da **Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE)** foi a responsável pelos testes para auxiliar na limpeza do rio Pinheiros. As embarcações devem começar os trabalhos nas proximidades da Usina de Traição, perto da ponte Ary Torres. De janeiro a abril deste ano, a **EMAE** retirou mais de 1,6 mil toneladas de resíduos retidos nas usinas de Pedreira e Traição, localizadas no rio Pinheiros, a um custo de aproximadamente R\$ 2,5 milhões. Já no rio Tietê, no mesmo período, foram recolhidas 580 toneladas de lixo nas usinas de Rasgão, Porto Góes e PCH Pirapora, com um custo de R\$ 400 mil.

Rio Pinheiros

No mesmo período, duas esculturas, uma em formato de peixe e outra de capivara, feitas de sucata e preenchidas com materiais retidos nas ecobarreiras do rio Pinheiros, serão expostas para lembrar à população sobre o descarte correto de resíduos e de que alguns

materiais levam dezenas de anos para se decompor.

As ecobarreiras foram implantadas pela **EMAE**, em parceria com a **Sabesp**, e têm a função de reter materiais flutuantes. De março até o momento foram recolhidas 133 toneladas de detritos.

Luta

Nas últimas décadas, diversos projetos foram apresentados pelo Governo do Estado para limpar os rios Pinheiros e Tietê, que desde os anos 60 se encontram com elevados níveis de poluição. No entanto, os resultados efetivos dessas medidas foram quase nulos e os gastos com recursos públicos, exorbitantes. O projeto mais polêmico envolvia o sistema de flotação do Pinheiros, implantado em 2001. A ideia consistia em eliminar boa parte dos poluentes por meio da aglutinação de resíduos sólidos, que ocorria pela formação de bolhas de oxigênio e utilização de produtos químicos. Posteriormente, o material acumulado era recolhido. A água tratada pelo sistema de flotação seria conduzida para a represa Billings, a fim de aumentar a produção na usina Henry Borden, na cidade de Cubatão. No entanto, a iniciativa foi contestada em 2008 por técnicos do Ministério Público Estadual. Em 2011, o Governo do Estado desistiu do projeto após constatar a ineficiência do sistema. Mais de R\$ 160 milhões foram gastos com o trabalho. Porém, diante da crise hídrica de 2014, a retomada da flotação foi considerada pela gestão Geraldo Alckmin, já que a Billings seria utilizada para reforçar o abastecimento da população.

No ano passado, a despoluição do Rio Pinheiros foi cogitada pela iniciativa privada. A proposta partiu da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que pretendia reverter as águas à Represa Billings de forma a ampliar o potencial da Usina Hidrelétrica Henry Borden. O projeto ainda não foi descartado. Se colocado em prática, as águas do rio podem passar da Classe 4, com alto nível de poluição, para a Classe 2, categoria em que são consideradas

próprias para o abastecimento humano. A Abdib estima que, com o programa de despoluição, seja possível bombear em média 15 mil litros de água por segundo para a Billings, volume suficiente para abastecer os cerca de 15 milhões de moradores da Região Metropolitana. Hoje, a Sabesp capta apenas 1 litro por segundo de um dos braços despoluídos da represa.

Ecobarco auxilia na coleta de lixo do rio Pinheiros

Os Ecobarco começaram a circular no Dia Mundial do Meio Ambiente. No dia, foram testados dois coletores de resíduos flutuantes, conhecidos como "Ecoboats". O Governo do Estado estuda um plano de ação para a despoluição do Rio Pinheiros.

No dia, o Governador João Dória afirmou que "conforme compromisso assumido em campanha, vamos despoluir o rio em parceria com a iniciativa privada até 2022. O projeto está em andamento e em breve lançaremos o edital. É fundamental o engajamento da população nesse processo. Não jogue lixo nas ruas e, muito menos, nos rios e córregos. Além disso, apenas na Capital, existem mais de 100 mil imóveis que têm acesso à rede de esgoto e não estão conectados à mesma. A população precisa se conscientizar".

A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) foi a responsável

pelos testes para auxiliar na limpeza do rio Pinheiros. As embarcações devem começar os trabalhos nas proximidades da Usina de Traição, perto da ponte Ary Torres.

De janeiro a abril deste ano, a EMAE retirou mais de 1,6 mil toneladas de resíduos retidos nas usinas de Pedreira e Traição, localizadas no rio Pinheiros, a um custo de aproximadamente R\$ 2,5 milhões. Já no rio Tietê, no mesmo período, foram recolhidas 580 toneladas de lixo nas usinas de Rasgão, Porto Góes e PCH Pirapora, com um custo de R\$ 400 mil.

Rio Pinheiros

No mesmo período, duas esculturas, uma em formato de peixe e outra de capivara, feitas de sucata e preenchidas com materiais retidos nas ecobarreiras do rio Pinheiros, serão expostas para lembrar à população sobre o descarte correto de resíduos e de que alguns materiais levam dezenas de anos para se decompor.



As ecobarreiras foram implantadas pela EMAE, em parceria com a Sabesp, e têm a função de reter materiais flutuantes. De março até o momento foram recolhidas 133 toneladas de detritos.

Luta

Nas últimas décadas, diversos projetos foram apre-

sentados pelo Governo do Estado para limpar os rios Pinheiros e Tietê, que desde os anos 60 se encontram com elevados níveis de poluição. No entanto, os resultados efetivos dessas medidas foram quase nulos e os gastos com recursos públicos, exorbitantes.

O projeto mais polêmico

envolvia o sistema de flotação do Pinheiros, implantado em 2001. A ideia consistia em eliminar boa parte dos poluentes por meio da aglutinação de resíduos sólidos, que ocorria pela formação de bolhas de oxigênio e utilização de produtos químicos. Posteriormente, o material acumulado era recolhido.

A água tratada pelo sistema de flotação seria conduzida para a represa Billings, a fim de aumentar a produção na usina Henry Borden, na cidade de Cubatão. No entanto, a iniciativa foi contestada em 2008 por técnicos do Ministério Público Estadual.

Em 2011, o Governo do Estado desistiu do projeto após constatar a ineficiência do sistema. Mais de R\$ 160 milhões foram gastos com o trabalho. Porém, diante da crise hídrica de 2014, a retomada da flotação foi considerada pela gestão Geraldo Alckmin, já que a Billings seria utilizada para reforçar o abastecimento da população.

No ano passado, a despoluição do Rio Pinheiros foi cogitada pela iniciativa privada. A proposta partiu da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que pretendia reverter as águas à Represa Billings de forma a ampliar o potencial da Usina Hidrelétrica Henry Borden. O projeto ainda não foi descartado. Se colocado em prática, as águas do rio podem passar da Classe 4, com alto nível de poluição, para a Classe 2, categoria em que são consideradas próprias para o abastecimento humano.

A Abdib estima que, com o programa de despoluição, seja possível bombear em média 15 mil litros de água por segundo para a Billings, volume suficiente para abastecer os cerca de 15 milhões de moradores da Região Metropolitana. Hoje, a Sabesp capta apenas 1 litro por segundo de um dos braços despoluídos da represa.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25403338&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Cruzeiro do Sul online**Data: 14/06/2019****Operação fiscaliza emissão de fumaça preta em veículos movidos a diesel**

Veículos a diesel que trafegavam na região do Éden foram alvo da ação conjunta da Sema e Cetesb

A Secretaria de Meio Ambiente, Parques e Jardins (Sema), em parceria com a **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)** realizou nesta semana avaliações de emissão de fumaça preta no bairro Éden. Os testes foram realizados em veículos movidos a diesel que passavam pela avenida Independência, localizada no bairro.

A blitz **da Cetesb**, que aconteceu na terça-feira (11), das 9h30 às 14h, realizou testes de opacidade em veículos pesados, como caminhões e ônibus, que passavam pelo local. Os mecânicos da companhia verificaram desde o funcionamento dos motores à densidade e cor da fumaça emitida pelos escapamentos.

'A necessidade de implementação de medidas para a efetiva redução das emissões de poluentes por veículos automotores deve ser efetiva na cidade de Sorocaba', comenta Jessé Loures, secretário da Sema. 'Todos devemos pensar na qualidade de ar nos grandes centros urbanos, que piora nesta época do ano, causando doenças pulmonares e poluição atmosférica', completa.

Marília de Oliveira Almeida Leme, chefe de Seção de Controle e Fiscalização Ambiental da Sema, que acompanhou a operação, explica que essas avaliações já acontecem há pelo menos 10 anos em Sorocaba e são necessárias neste período do ano em decorrência do baixo índice de chuva. A diminuição na umidade do ar aumenta proporcionalmente a concentração de gases poluentes.

'É necessário que os motoristas estejam em dia com a manutenção de seus veículos, por isso realizamos esta ação pelo menos duas vezes ano, geralmente no inverno', conta Marília sobre a importância das avaliações, que estão sendo realizadas por todo o Estado de São Paulo.

A Polícia Militar completou as inspeções dos veículos, avaliando outros quesitos dentro de

suas competências. A ação contou com apoio da Urbes Trânsito e Transporte e da Polícia Rodoviária. (Secom Sorocaba)



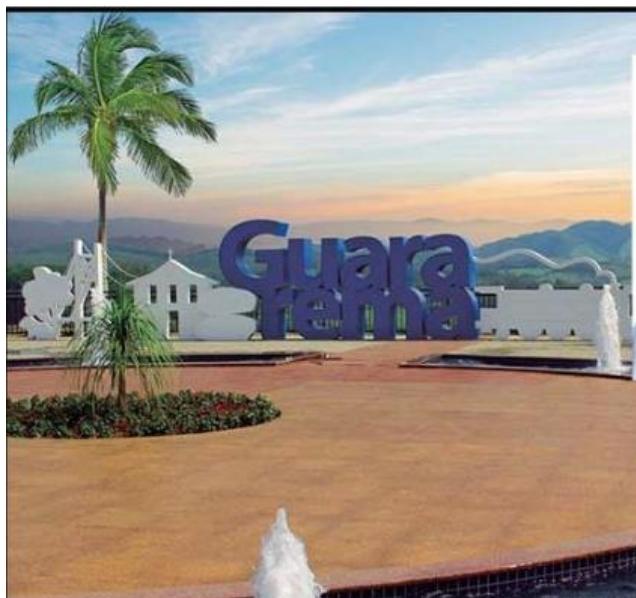
Testes avaliaram o funcionamento dos motores, além da densidade e cor da fumaça emitida. Crédito da foto: Divulgação

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25406259&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Oi Diário
Data: 13/06/2019

Exclusivo: Guararema conquista a melhor colocação no selo Verde e Azul entre todas as cidades do Alto Tietê



Em 2018 Guararema, cidade administrada pelo prefeito Adriano Leite, ficou com a 12ª colocação entre as mais de 560 do Estado que participam do projeto/ Foto: Divulgação

Desde o último dia 5 o Jornal Oi publica uma série de reportagens especiais sobre as ações, projetos e resultados das prefeituras das cidades do Alto Tietê relacionados a preservação do Meio Ambiente.

No último dia 5 foi celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente. A série foi aberta com as informações transmitidas pelas prefeituras de Mogi das Cruzes e Suzano - que são as duas maiores cidades do Alto Tietê.

Nos dias seguintes o Oi publicou reportagens a partir dos dados revelados pelo governo de Ferraz de Vasconcelos no que se refere as ações da prefeitura para preservar a natureza e denunciou o descaso do governo de Santa Isabel que não respondeu aos questionamentos feitos pelo Oi sobre o tema.

A reportagem do Oi fez os mesmos questionamentos para todas as prefeituras do Alto Tietê com o objetivo de revelar ao público em geral as ações, resultados e metas de cada uma das cidades em relação ao Meio Ambiente.

Na primeira reportagem ficou claro que Mogi tem mais ações, planejamento e resultados que Suzano nessa área; a segunda reportagem revelou que o 'orçamento' da prefeitura de Ferraz para o Meio Ambiente em 2019 é de R\$ 50 mil, valor mais de cinco vezes menor que os salários brutos (R\$ 264 mil) que o prefeito Zé Biruta receberá até o final deste ano.

Depois o Oi denunciou o descaso do governo da prefeita Fabia Porto que sequer presta contas sobre o que a prefeitura de Santa Isabel faz ou pretende fazer à preservação ambiental.

Nesta quarta reportagem da série, o Oi destaca as ações e metas da prefeitura de Guararema em relação ao Meio Ambiente.

Pode-se afirmar que Guararema se encontra em lado oposto ao de Suzano e Ferraz que obtiveram colocações constrangedoras no ranking do selo Verde e Azul da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Em 2018 Guararema, cidade administrada pelo prefeito Adriano Leite (PL), ficou com a 12ª colocação entre as mais de 560 do Estado que participam do projeto.

Trata-se da melhor colocação de uma cidade do Alto Tietê na história desse ranking que mede e estabelece notas às ações de preservação ambiental das prefeituras no Estado de São Paulo.

Confira abaixo as respostas do governo de Guararema aos questionamentos do Oi sobre o Meio Ambiente:

Jornal Oi - Qual foi a colocação de Guararema no selo **Verde e Azul** em 2017 e em 2018 e quais são as metas da prefeitura de Guararema em relação a esse ranking para os anos de 2019 e 2020?

Governo de Guararema - Em 2017 conquistamos a 38ª posição. Já em 2018 alcançamos o 12º lugar. A meta para os próximos anos é estar entre os dez municípios mais bem classificados.

Jornal Oi - Qual foi o orçamento da Secretaria de Meio Ambiente de Guararema em 2017 e em 2018 e quanto foi o valor efetivamente investido por essa secretaria em 2017 e em

2018? Qual é o orçamento do meio ambiente neste ano na cidade?

Governo de Guararema - Não é possível levantar dados específicos de valores estimados e investidos em relação ao **Selo Verde e Azul**, uma vez que o sistema informatizado não realiza esse filtro.

Tais ações foram realizadas dentro do orçamento total estimado para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano em 2017 (Lei 3169/2016).

A partir de 2018, conforme lei municipal que trata da estrutura organizacional da Prefeitura de Guararema, o Município não possuía mais Secretaria específica de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, tendo sido agrupada com a secretaria de obras e o valor total estimado consta locado na Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Planejamento e Serviços Públicos (Lei 3231/2017).

Para o exercício corrente os valores estimados também constam dentro da Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente, Planejamento e Serviços Públicos (Lei 3280/2018).

Jornal Oi - Por favor, quais são as 10 principais ações ambientais desenvolvidas atualmente ou em fase de implantação pela secretaria de meio ambiente na cidade?

Governo de Guararema - Criação do Refúgio de Vida Silvestre do Putim, uma Unidade de Conservação para a proteção do Bicudinho-do-brejo-paulista, ave criticamente ameaçada de extinção, de toda a fauna da região e principalmente dos recursos hídricos da Bacia do Putim (em fase de documentação para as audiências públicas);

02 - Criação e manutenção do Programa ECO-Sexta de Atividades Ambientais. Dia 07/6 ocorre a 77ª edição do programa que traz palestras e oficinas ambientais e tem como intuito chamar a população para falar e atuar no meio ambiente;

03 - Envolvimento de toda a Prefeitura no **Programa Município Verde Azul**, colocando Guararema na 12ª colocação dentre 645 cidades de SP, por meio de atendimento de diversas diretivas, melhorando a qualidade ambiental do município;

04 - Incentivo e fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente nas questões pertinentes;

05 - Implantação e expansão da Coleta Seletiva e Eco-Pontos;

06 - Ampliação do programa de Bem Estar Animal, com programa de castração gratuita de cães e gatos;

07 - Manutenção de atividades de Educação Ambiental na criação e manutenção de seminários e eventos sobre Resíduos Sólidos, Áreas Protegidas e Turismo Ecológico (de menor impacto ambiental, como o de observação de aves);

08 - Adaptação de prédios públicos para torná-los mais 'verdes' com implantação de cisternas, placas de energia solar e eficiência energética.

09 - Criação da Escola da Natureza em parceria com a Secretaria de Educação e ações que envolvem as escolas municipais.

10 - Implantação da Nascente Modelo, o Projeto Piloto de Floresta Urbana e o Espaço Árvore dos prédios públicos, além da coleta de pilhas e baterias e o Eco-ponto de coleta de lâmpadas fluorescentes.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25390895&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo1: Metro Jornal

Data: 14/06/2019

Metro Indica: corra para o arraial!

Fotos: Divulgação



Metro Jornal selecionou seis festas juninas tradicionais na cidade onde todo mundo vai poder comer, beber e curtir o clima típico dos rolês dessa época. Escolha a sua preferida e vamos pular a fogueira!

Parque da Água Branca

A festa do Parque da Água Branca visitará também outros parques. 10h às 20h. Pq. Ceret: Sáb. e dom., R. Canuto de Abreu, s/n; Água Branca: 20, 21, 22 e 23/6. Av. Francisco Matarazzo, 455; Pq. do Horto Florestal: 29 e 30/6, 9h às 18h. R. do Horto, 931.

Paróquia da Consolação

A igreja de 1799 terá som de forró e sertanejo. O público poderá se deliciar com doces e salgados típicos, como milho-verde, pamonha, lanches de pernil e de carne, além de bebidas como quentão e vinho quente. R. da Consolação, 585; Sáb.: 17h a 0h. Dom: 17h às 23h; até 30/6.

Paróquia San Gennaro

Além da cozinha caipira, tem também a macarronada das mamãs da Festa de San Gennaro. Música ao vivo e brincadeiras típicas divertem adultos e crianças. O valor arrecadado será revertido para obras sociais. R. San Gennaro, 214 - Mooca; Sáb.: 18h a 0h. Até 29/6.

Casa de Cultura do Butantã

Neste fim de semana tem mais um arraial na Casa de Cultura. Pela manhã, atividades para as crianças com a Manhã de Brincar. À tarde,

a festa segue com música, dança, brincadeiras e muita comida boa. Av. Junta Mizumoto, 13 - Butantã. Sáb. e dom., 11h às 20h. Até 30/6.

Quermesse da Padroeira

Tem pesca e tomba-latas, milho cozido, pipoca, fogazza, pastel, sopa, churrasco, linguça e pernil no pão. E rodadas de bingo com brindes. A arrecadação será revertida para obras na igreja. R. Barão da Passagem, 971 - Bela Aliança; Sáb. e dom.: 19h às 23h, R\$ 5. Até 23/6.

Quermesse do Calvário

Mais de 20 barracas oferecem comidas típicas e delícias de outros países, como o tempurá japonês.

R. Cardeal Arcoverde, 950 - Pinheiros; Sáb.: 17h30 às 23h30. Dom.: 17h30 às 22h30. R\$ 15 (grátis para menores de 10 anos). Até 7/7.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25415244&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Veja | São Paulo
Data: 13/06/2019

Três boas festas juninas para curtir com as crianças

Selecionamos eventos com brincadeiras e muita comida tradicional para entrar no clima caipira

Guilherme Queiroz

Festa da Portuguesa

A agenda de festa no Canindé que reúne shows de artistas como Zé Neto & Cristiano promete atrações infantis em duas datas. Na quinta (20), a partir das 18h, rolam shows com personagens do filme Frozen e de desenhos como Patrulha Canina. Em 14 de julho, também às 18h, é a vez da dupla Patati Patatá. Rua Comendador Nestor Pereira, 33, Canindé. R\$ 60,00.

Parque da Água Branca

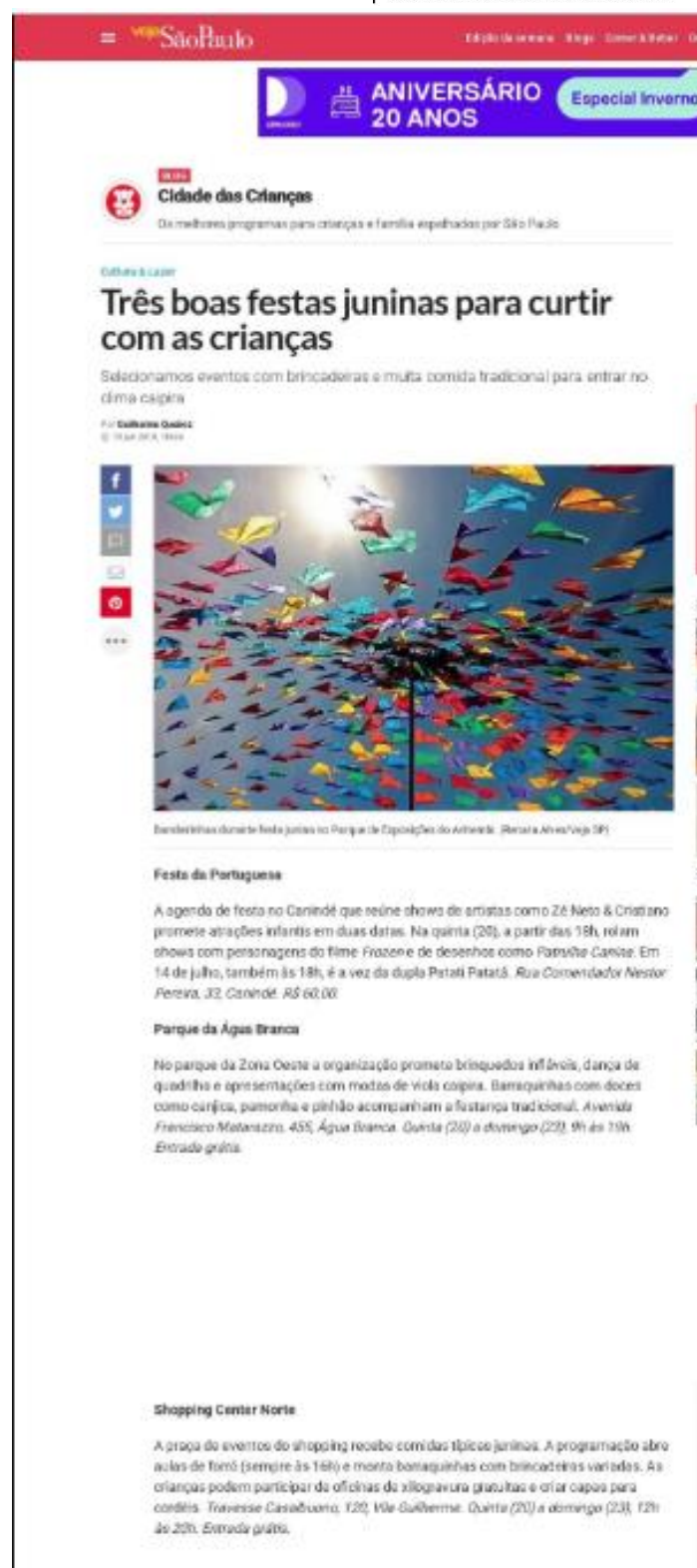
No parque da Zona Oeste a organização promete brinquedos infláveis, dança de quadrilha e apresentações com modas de viola caipira. Barraquinhas com doces como canjica, pamonha e pinhão acompanham a festança tradicional. Avenida Francisco Matarazzo, 455, Água Branca. Quinta (20) a domingo (23), 9h às 19h. Entrada grátis.

Shopping Center Norte

A praça de eventos do shopping recebe comidas típicas juninas. A programação abre aulas de forró (sempre às 16h) e monta barraquinhas com brincadeiras variadas. As crianças podem participar de oficinas de xilogravura gratuitas e criar capas para cordéis. Travessa Casalbuono, 120, Vila Guilherme. Quinta (20) a domingo (23), 12h às 20h. Entrada grátis.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25382989&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)



Veículo: Diário do Grande ABC
Data: 14/06/2019

Áreas contaminadas no Estado e na região

Na 7ª Carta do Observatório da USCS, publicamos uma pesquisa sobre as áreas contaminadas, que são locais onde ocorreu a introdução de substâncias químicas no ar, água e/ou solo, decorrentes de processos naturais ou atividades antrópicas, de forma que a utilização atual ou futura do local seja prejudicada, oferecendo risco à saúde humana e aos bens a proteger, como fauna, flora, interesses de proteção à natureza/paisagem, segurança e ordem pública, entre outros.

A contaminação ocorre a partir do incorreto manejo, armazenamento ou disposição de substâncias químicas, de maneira que acarrete o vazamento e propagação no ar, solo e águas superficiais e subterrâneas.

Desta forma, o ser humano estará exposto aos efeitos desses contaminantes, por meio da inalação de vapores, contato pela pele e ingestão de água, contato com o solo e alimentos contaminados.

Segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, em sua publicação Panorama de GAC (2016), o primeiro caso de contaminação foi divulgado em 1975. Tratava-se das Indústrias Reunidas Matarazzo, localizada em São Caetano. O complexo industrial foi desativado devido à existência de séria contaminação provocada pelo manejo inadequado dos resíduos da empresa.

De acordo com o BDNAC (Banco de Dados Nacional sobre Áreas Contaminadas), no Brasil foram identificadas 7.100 áreas contaminadas, sendo que 86% dessas áreas se encontram no Estado de São Paulo, devido à sua atuação pioneira no GAC (Gerenciamento de Áreas Contaminadas) e seu maior potencial de poluição, pois é o estado que abriga o maior número de indústrias e postos de combustíveis.

No Estado de São Paulo o órgão responsável por divulgar a relação de áreas contaminadas é a **Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo)**. De acordo com a relação publicada em dezembro de 2018, existem 6.110 ACs (Áreas Contaminadas) no Estado. No Grande ABC são 483 ACs,

aproximadamente (8% do total do Estado), destacando as cidades de Santo André e São Bernardo, que apresentam o maior número de áreas contaminadas da região, 161 e 137, respectivamente. Na primeira relação, publicada em 2002, a região apresentava apenas

44 ACs. Segundo dados **da Cetesb**, observa-se que a principal atividade geradora de áreas contaminadas são os postos de combustível, representando 72% no Estado de São Paulo e 63% no Grande ABC. Conforme decreto número 59.263/13, a classificação da área é feita em conformidade com o desenvolvimento das etapas dos processos de identificação e reabilitação. No Grande ABC, a maior porcentagem refere-se às áreas classificadas como reabilitadas para o uso declarado (31%), seguida das áreas em processo de monitoramento para encerramento (26%), áreas em processo de remediação (22%) e áreas sob investigação (21%).

A incorporação imobiliária se relaciona com o gerenciamento de áreas contaminadas em consequência das alterações dos planos diretores municipais, o que possibilitou a ocupação de empreendimentos residenciais em áreas antes ocupadas por indústrias. Atualmente, cerca de 4% das áreas contaminadas, tanto no Estado de São Paulo quanto no Grande ABC, estão classificadas como áreas contaminadas em processo de reutilização, ou seja, são áreas em que se pretende estabelecer um uso do solo diferente daquele que originou a contaminação.

O decreto número 59.263/13 prevê que a responsabilidade por recuperar a área contaminada é daquele que a contaminou ou daquele que usufruir dela. Ou seja, se uma área contaminada for vendida, o comprador também é responsável pela sua remediação. Neste contexto, é possível observar o crescimento do número de áreas contaminadas sendo gerenciadas por incorporadoras.

O gerenciamento de áreas contaminadas se torna de extrema importância para a incorporação imobiliária, visto que, se uma área é mal gerenciada, os novos ocupantes do local podem estar colocando em risco sua saúde e seu bem-estar. Para que uma área seja classificada como contaminada é necessária a comprovação, por meio de análises laboratoriais, de que o local contém

concentrações de substâncias que ofereçam ou de fato causem danos à saúde humana e ao meio ambiente. De forma simplificada, realizado o diagnóstico da área, identificadas as substâncias presentes no local, as características do meio impactado e a extensão da contaminação, dá-se início à remediação.

Ao final da remediação e monitoramento do local, comprovando que os riscos à saúde humana foram extintos ou reduzidos aos padrões legais aceitáveis, ou que a área esteja livre de contaminação, o órgão ambiental emitirá o 'termo de reabilitação para uso declarado', que garante que a área está apta para sua ocupação de forma segura.

[http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?
c=0&n=25408119&e=577](http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25408119&e=577)

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Jornal da Manhã**Data: 14/06/2019****Cetesb interdita área de transbordo**

A **Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo)** confirmou a interdição no último dia 10, da área de transbordo de lixo doméstico em Marília, no distrito de Avenças, por irregularidades como falta de impermeabilização e cobertura do local. Desde 2017 a Cetesb aplica multas à Prefeitura de Marília, totalizando 10 mil UFESP's (cerca de R\$ 265 mil).

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25406261&e=577>

LIXO DOMÉSTICO**Cetesb interdita área de transbordo**

A Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) confirmou a interdição no último dia 10, da área de transbordo de lixo doméstico em Marília, no distrito de Avenças, por irregularidades como falta de impermeabilização e cobertura do local. Desde 2017 a Cetesb aplica multas à Prefeitura de Marília, totalizando 10 mil UFESP's (cerca de R\$ 265 mil).

Página 6

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Notícia Já
Data: 14/06/2019

Se poluiu, leva multa!

*A **Cetesb** autuou 104 veículos movidos a diesel em Americana, Campinas, Limeira e Paulínia, por emissão de poluentes*

Durante fiscalização, a **Cetesb** autuou 104 veículos a diesel em Americana, Campinas, Limeira e Paulínia, após constatar emissão de fumaça preta acima do nível permitido pela legislação ambiental. Na região, foram fiscalizados 6.829 veículos. A ação tem o objetivo de minimizar os efeitos da poluição no ar. A multa para quem for flagrado com o veículo em condições irregulares é de R\$1.591,80, que pode dobrar em caso de reincidência em um ano. Em Americana, local que teve o maior número de autuações (58), a fiscalização aconteceu no Km 128,5 da Anhanguera (SP-330). Foram inspecionados 2.780 veículos. Em Campinas, a operação também foi realizada na Anhanguera, porém no Km 89 do sentido Interior. Lá, de 1.446 veículos fiscalizados, 20 foram multados. Em Limeira, as ações foram no Km 6,2 da Rodovia Osvaldo Heitor Nallin, que liga a Cosmópolis.

Seis veículos foram autuados, de 512 fiscalizados. Em Paulínia, a verificação foi na Rodovia Professor Zeferino Vaz, altura do Km 129. Outros 20 foram multados, após 2.091 aferições.

Medindo o estrago = Fumaça preta acima do que é permitido

Mais do que punir, o objetivo é conscientizar

Patrícia Iglecias, presidente da Cetesb, esclarece que o intuito da operação não é punir, mas conscientizar, especialmente nesta época do ano, em razão da falta de chuvas, aumento da poluição atmosférica e consequentemente das complicações respiratórias. 'O objetivo é chamar a atenção da população para que se engaje nesta questão ambiental e de saúde pública. A Cetesb possui um programa para melhoria da manutenção de veículos a diesel, no qual o valor da multa pode ser reduzido em até 70%, caso o responsável comprove que os problemas do veículo foram sanados'.

Fiscalização

Se poluiu, leva multa!

A Cetesb autuou 104 veículos movidos a diesel em Americana, Campinas, Limeira e Paulínia, por emissão de poluentes

●●● Durante fiscalização, a Cetesb autuou 104 veículos a diesel em Americana, Campinas, Limeira e Paulínia, após constatar emissão de fumaça preta acima do nível permitido pela legislação ambiental. Na região, foram fiscalizados 6.829 veículos. A ação tem o objetivo de minimizar os efeitos da poluição no ar. A multa para quem for flagrado com o veículo em condições irregulares

é de R\$1.591,80, que pode dobrar em caso de reincidência em um ano.

Em Americana, local que teve o maior número de autuações (58), a fiscalização aconteceu no Km 128,5 da Anhanguera (SP-330). Foram inspecionados 2.780 veículos. Em Campinas, a operação também foi realizada na Anhanguera, porém no Km 89 do sentido Interior. Lá, de 1.446 veículos fiscalizados, 20 foram multados. Em Limeira, as ações foram no Km 6,2 da Rodovia Osvaldo Heitor Nallin, que liga a Cosmópolis. Seis veículos foram autuados, de 512 fiscalizados. Em Paulínia, a verificação foi na Rodovia Professor Zeferino Vaz, altura do Km 129. Outros 20 foram multados, após 2.091 aferições.



Medindo o estrago = Fumaça preta acima do que é permitido

Mais do que punir, o objetivo é conscientizar

Patrícia Iglecias, presidente da Cetesb, esclarece que o intuito da operação não é punir, mas conscientizar, especialmente nesta época do ano, em razão da falta de chuvas, aumento da poluição atmosférica e consequentemente das complicações respiratórias. "O objetivo é chamar a atenção da

população para que se engaje nesta questão ambiental e de saúde pública. A Cetesb possui um programa para melhoria da manutenção de veículos a diesel, no qual o valor da multa pode ser reduzido em até 70%, caso o responsável comprove que os problemas do veículo foram sanados".

Veículo: Diário de Tatuí
Data: 13/06/2019

Site da Prefeitura disponibiliza documentos relacionados a licenciamento ambiental

Rubens Antônio da Silva

Estão disponíveis para download listas de documentos necessários para processos administrativos que vão desde um licenciamento ambiental de atividades industriais até para supressão ou poda de uma árvore isolada

A Prefeitura de Tatuí, por meio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, informa que está disponível para download toda a documentação necessária para os processos administrativos realizados pela Divisão de Licenciamento e Controle Ambiental. Todos os arquivos podem ser baixados através do site www.tatui.sp.gov.br/servicos/licenciamento-ambiental.

No site, a população tem acesso às listas de documentos exigidos para diversos tipos de processos, como autorização ambiental para intervenção em vegetação de grandes empreendimentos, e também para processos simplificados, como poda e supressão de árvores em calçadas e terrenos unifamiliares, licenciamento ambiental de atividades industriais e não industriais consideradas de baixo e médio impacto ambiental local, manifestação técnica ambiental de atividades passíveis de licenciamento ambiental junto à **CETESB**, pareceres técnicos ambientais para atestar a viabilidade ambiental, a aprovação de projetos de arborização urbana, a aprovação de plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, e emissão de certidão ambiental para atividades potencialmente causadoras de poluição sonora.

Antes de protocolizar o processo, os empreendedores, bem como qualquer munícipe interessado, devem observar e atender a relação dos documentos necessários, a fim de possibilitar maior agilidade na análise do processo por parte da equipe técnica. Serão protocolizados apenas processos com documentação completa.



Os processos administrativos pertinentes à Divisão de Licenciamento e Controle Ambiental devem ser protocolizados na sede do Departamento de Meio Ambiente, localizada na Rua Chiquinha Rodrigues, nº 909, Vila Doutor Laurindo (ao lado da base da Guarda Civil Municipal). O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

O processo de autorização ambiental simplificado poderá ser protocolado junto à Divisão de Protocolo, no Paço Municipal, situado na Avenida das Mangueiras, nº 140, Centro. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h.

É importante lembrar que são considerados processos simplificados de autorização ambiental os casos em que sejam solicitadas autorizações para podas, transplantes ou supressões de árvores isoladas, de espécies nativas, em quantidade inferior ou igual a seis unidades. O mesmo vale para a supressão de árvores isoladas de espécie exótica e, exclusivamente, na hipótese de exemplares arbóreos localizados em habitações e terrenos unifamiliares, em lotes urbanos com área inferior ou igual a 1.000 m² ou em calçadas.

Mais informações podem ser obtidas na Divisão de Licenciamento e Controle Ambiental, pelos telefones (15) 3205-1082 e (15) 3205-1199. Também é possível entrar em contato através do e-mail: licenciamento@tatui.sp.gov.br.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25401693&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Jornal da USP
Data: 13/06/2019

USP sedia conferência da Rede Internacional de Campi Sustentáveis

Erika Yamamoto

O encontro acontece entre os dias 11 e 14 e reúne especialistas do mundo todo



Patricia Iglecias, Vahan Agopyan, René Schwarzenbach e Tércio Ambrizzi participaram da abertura da Conferência, realizada no Auditório István Jancsó da Biblioteca Mindlin - Foto: Marcos Santos/USP Imagens

A USP sedia pela primeira vez a Conferência da Rede Internacional de Campi Sustentáveis, que acontece entre os dias 11 e 14 de junho. Promovida anualmente pela Rede Internacional de Campi Sustentáveis (ISCN, na sigla em inglês para Internacional Sustainable Campus Network), essa 13ª conferência tem como tema as Parcerias para o Progresso.

Como explica o presidente do Conselho da ISCN, René Schwarzenbach, 'essa é uma oportunidade para trocarmos experiências sobre a cultura da sustentabilidade nas universidades e avaliarmos como o conhecimento sobre o meio ambiente está sendo transferido para a sociedade e como poderíamos nos relacionar melhor e estabelecer parcerias para o progresso'.

'Sendo uma das maiores universidades do mundo, a USP não ignora o impacto ambiental gerado por suas atividades e tem implementado ações que promovam a sustentabilidade em seus campi. Uma de suas primeiras ações é o Programa USP Recicla, criado em 1994, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e promover a conservação do meio ambiente', explicou o superintendente de Gestão Ambiental, Tércio Ambrizzi.

Além de palestras, workshops e mesas-redondas, a programação da conferência incluiu visitas a projetos como o Centro de Descarte e Reúso de Resíduos de Informática da USP (Cedir), ao Instituto Butantan e à **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)**.



O Professor Emérito e ex-reitor da USP, José Goldemberg, proferiu a palestra de abertura da conferência, falando sobre a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização do etanol como combustível - Foto: Marcos Santos/USP Imagens

'Além de implantarmos ações para tornar os campi cada vez mais sustentáveis, incentivar pesquisas sobre o meio ambiente e desenvolver políticas ambientais, as universidades têm a responsabilidade de preparar os futuros líderes mundiais. Nosso grande desafio é garantir que as futuras gerações sejam comprometidas com o meio ambiente, não apenas no discurso, mas como algo efetivo e presente no seu dia a dia', afirmou o reitor Vahan Agopyan.

A diretora-presidente da Cetesb, Patrícia Faga Iglecias Lemos, que esteve à frente da Superintendência de Gestão Ambiental da USP até 2018, reforçou que 'para alcançar nossos objetivos em termos de sustentabilidade, nós precisamos atuar em parceria: o governo, o setor privado, o setor produtivo e as universidades. Essa conferência é uma oportunidade de mostrar o que está sendo realizado em diferentes partes do mundo'.

A ISCN é uma rede composta de universidades de mais de 30 países, criada em 2007 com o objetivo de trocar experiências e discutir a sustentabilidade na pesquisa, no ensino e na gestão dos campi. Essa é a primeira vez que um país latino-americano sedia o evento.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25389644&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Portal News**Data: 14/06/2019****Cetesb faz vistoria na Avenida das Orquídeas**

O prefeito de Mogi das Cruzes, Marcus Melo (PSDB), afirmou ontem, durante a inauguração da 82ª Academia da Terceira Idade (ATI) (leia mais acima), que a Avenida das Orquídeas, que faz parte do Corredor Leste-Oeste, recebeu nesta semana equipes da **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)** no local.

"Neste momento só estamos aguardando a liberação da **Cetesb**. Tivemos uma visita nesta semana dos técnicos da Companhia, os documentos foram encaminhados. Agora falta agendar a inauguração da via e liberar para a população", explicou. O prefeito Marcus Melo disse ainda que serão feitos convites para que representantes do governo do Estado e governo federal participem da cerimônia de inauguração.

A **Cetesb** foi procurada pela reportagem para responder algumas questões, como o resultado da vistoria, possíveis irregularidades e data de encerramento da verificação, porém, em nota, a **companhia** afirmou apenas que a inspeção faz parte do processo de análise para concessão da Licença de Operação (LO) e, assim que for concluída e divulgado o parecer técnico, mais informações serão fornecidas.

Foto: Felipe Claro



<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25406260&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Data: 14/06/2019

Conselho do Condephaat é empossado em cerimônia na Secretaria

Giovanna Mollezini

Governo remodelou colegiado a fim de torná-lo paritário e mais ágil e representativo

Nesta quinta-feira (13), em cerimônia realizada na Secretaria de Cultura e Economia Criativa, tomaram posse o Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) Carlos Augusto Mattei Faggin, a Vice-Presidente Valéria Rossi Domingos e os conselheiros titulares e suplentes que integram a nova composição.

A Secretária Executiva de Cultura e Economia Criativa Cláudia Pedrozo deu início à cerimônia celebrando a remodelação do Conselho: 'A nova composição de colegiados buscou conciliar os esforços da preservação e a gestão dos bens tombados como garantia de sua manutenção e realidade. A inclusão de segmentos representativos do interior do Estado ao Conselho intenciona aproximar o diálogo com as prefeituras no planejamento de ações de proteção aos bens, além de empreender maior dinâmica no reconhecimento do registro do patrimônio cultural'.

O Governo do Estado de São Paulo remodelou o Condephaat a fim de fortalecer o órgão, tornando-o mais ágil e mais representativo, de modo a valorizar e proteger mais e melhor o importante patrimônio cultural material e imaterial do Estado. Buscou-se tornar o Condephaat paritário, com número equivalente de membros do Governo e da sociedade civil - o que, por princípio, deve pautar a composição deste e de todos os Conselhos de Estado. Com a inclusão de profissionais de notório saber, supre-se a necessidade de opiniões especializadas sobre temas específicos, contribuindo para a qualidade técnica das discussões e a agilidade das decisões. Também foram incluídas novas entidades, como a Associação Paulista de Municípios, que representa o interior do estado, e o Instituto de Engenharia, que possui Divisão Técnica de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, a partir do

entendimento de que poderão contribuir significativamente para as decisões.

Cláudia Pedrozo concedeu posse ao Professor Carlos Faggin, reconduzido ao cargo para o biênio de 2019 a 2021. 'Hoje, é necessário promover a descentralização nas decisões sobre o patrimônio cultural. E nossas ferramentas de mudança são o diálogo, o trabalho e o destemor, pelo uso da razão, da lei e da ordem. Nesses dois anos de mandato, eu e o Conselho temos a incumbência de atender aos anseios da sociedade, de quem somos servidores. Dialogar e mudar, são essas as nossas ferramentas', disse Faggin.

Em seguida, Faggin deu posse à Vice-Presidente do Conselho Valéria Rossi, também reconduzida ao cargo, que explicou aos presentes o funcionamento do Condephaat. 'O colegiado passa a ser composto por 24 conselheiros, 12 representantes de instituições governamentais e 12 representantes da sociedade civil', e destacou a importância da representação do interior: 'A proximidade com o interior vai ser muito positiva, é uma forma de dar uma dinâmica maior aos municípios'.

O conselheiro titular de notório saber em História da Arte e Arquitetura Paulo Vicelli falou sobre a participação da sociedade civil. 'Acho que muito importante ter essa representatividade no Conselho. A renovação vem em boa hora. Temos aqui uma série de outros representantes de diversas áreas, não somente institucionais, mas pessoas que conhecem a matéria. Isso é fundamental para que as decisões sejam tomadas mais rapidamente e que seja garantida a preservação do bem tombado', afirmou.

Membros do Conselho:

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGGIN - Presidente

VALÉRIA ROSSI DOMINGOS - Vice-Presidente

ERIKA HEMBIK BORGES FIORETTI (Suplente)

ANTONIO THOMAZ LESSA GARCIA JÚNIOR (Titular)

DAVIDSON PANIS KASEKER (Suplente)

MARCELO MANHÃES DE ALMEIDA (Titular)

ALBERTO MUSSALLEM (Suplente)

SECRETARIA DE GOVERNO

HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO

PROENÇA (Titular)

MARÍLIA ALVES BARBOUR (Suplente)

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
JORGE AIRES KANNO (Titular)
ADRIANO SOMERA FANTINI (Suplente)

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

JOSÉ RONAL MOURA DE SANTA INEZ (Titular)
GLÁUCIO ATTORE PENNA (Suplente)

SECRETARIA DA HABITAÇÃO
MARCOS GALVÃO WHITAKER DE ASSUMPTÃO
(Titular)
ELCIO SIGOLO (Suplente)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MATILDE DA COSTA (Titular)
LENIRA DE ARAÚJO LINS RAMOS DOS SANTOS (Suplente)

SECRETARIA DE TURISMO
ELOISA DE GOES BRAGA KERR (Titular)
LUIZ EDUARDO CAMARIN (Suplente)

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS NAKAMURA (Titular)
FABIO ANDRE UEMA OLIVEIRA (Suplente)

CETESB

ANTONIO LUIZ LIMA DE QUEIROZ (Titular)
CÉLIA REGINA B. PALIS POETA (Suplente)

IPHAN
VICTOR HUGO MORI (Titular)
ENEIDA CARVALHO FERRAZ CRUZ (Suplente)

MAE/USP
ASTOLFO GOMES DE MELLO ARAUJO (Titular)
LEVY FIGUTI (Suplente)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
CARLOS ROBERTO MONTEIRO DE ANDRADE (Titular)
TOMÁS ANTONIO MOREIRA (Suplente)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
MARIA ENCARNÇÃO BELTRÃO SPOSITO (Titular)
MARCIO JOSÉ CATELAN (Suplente)

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS - UNICAMP
MARCOS TOGNON (Titular)
CRISTINA MENEGUELLO (Suplente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP
CLAUDIA REGINA PLENS (Titular)
MANOELA ROSSINETTI RUFINONI (Suplente)

IAB
RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI (Titular)
EDUARDO AUGUSTO COSTA (Suplente)

INSTITUTO DE ENGENHARIA
MARCOS MOLITERNO (Titular)
FERNANDO BERTOLDI CORREA (Suplente)

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS
MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS (Titular)
VANDERLEI BORGES DE CARVALHO (Suplente)

NOTÓRIO SABER EM HISTÓRIA DA ARTE E ARQUITETURA
PAULO VICELLI (Titular)
MARCELO COSTA DANTAS (Suplente)

NOTÓRIO SABER EM URBANISMO

PEDRO TADDEI NETO (Titular)
EDUARDO SAMPAIO NARDELLI (Suplente)

NOTÓRIO SABER EM PATRIMÔNIO IMATERIAL
LILIAN VOGEL (Titular)
NEIDE RODRIGUES GOMES (Suplente)

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25393541&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Tribunal de Justiça da Bahia

Data: 14/06/2019

TJBA participa do 3º Encontro de Juízes Ambientais

A Coordenadora do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho, participa do 3º Encontro de Juízes Ambientais. O evento, exclusivo para Magistrados, é realizado entre os dias 13 e 15 de junho. Acontece na Escola Paulista da Magistratura (EPM) e no Palácio da Justiça, em São Paulo capital.

O Encontro conta com o apoio do Instituto 'O Direito por um Planeta Verde'. Está sob a coordenação do Desembargador Ricardo Cintra Torres de Carvalho e do Juiz Álvaro Luiz Valery Mirra, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Confira a programação do 3º Encontro de Juízes Ambientais:

13 de junho - (quinta-feira)

Local: EPM

9h - Abertura

Desembargador Francisco Eduardo Loureiro - Diretor da EPM

Desembargador Ricardo Cintra Torres de Carvalho - Coordenador de Meio Ambiente da EPM

Professora Ana Maria Nusdeo - Presidente do Instituto 'O Direito por um Planeta Verde'

9h30 às 10h - Palestra de abertura

Palestrante: Delton Winter de Carvalho - Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

10h às 11h30 - A história da mineração

Palestrante: João Eduardo de Moraes Pinto Furtado - Economista (Poli- Universidade de São Paulo - USP)

Debates

14h às 18h - A segurança das barragens: aspectos técnicos. Os casos de Mariana e Brumadinho

Mediador: Miguel Petroni Neto - Desembargador (TJSP)

Palestrantes:

Patrícia Faga Iglecias Lemos - Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)

Jorge Luiz Nobre Gouveia - Gerente do Setor de Operações de Emergência da (Cetesb)

Rinaldo Mancin - Diretor de Assuntos Ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

Alan Vaz Lopes - Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas (ANA)

Alexandre Orlandi Passos - Pesquisador do Núcleo de Pesquisa para a Mineração Responsável (NAP.Mineração/USP)

Andressa Lanchotti - Promotora de Justiça (MPMG)

Debates

14 de junho - (sexta-feira)

Local: EPM

9h às 12h - A segurança das barragens: aspectos jurídicos - visão geral. O tratamento jurídico do risco (a sociedade de riscos) e o licenciamento

Mediador: Juiz Álvaro Luiz Valery Mirra (TJSP)

Palestrantes:

Gabriel Wedy - Juiz Federal (RS) (a sociedade de riscos)

Talden Queiroz Farias - Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (licenciamento)

Debates

14h às 18h - A segurança de barragens: aspectos jurídicos - os casos de Mariana e Brumadinho

Mediadora: Shirley Ferzi Bertão - Desembargadora (TJMG)

Palestrantes:

Lyssandro Norton Siqueira - Procurador do Estado (MG) (Mariana/Brumadinho)

Mario de Paula Franco Júnior - Juiz Federal (MG) (Mariana)

José Adércio Leite Sampaio - Procurador da República (MG)

Marcela Decat - Juíza (TJMG)

Debates

15 de junho -(sábado)

Local: Palácio da Justiça

9h às 12h - A segurança das barragens: dificuldades e perspectivas para o Poder Judiciário. A condução dos processos (celeridade e efetividade), tutelas de urgência e reparação de danos ambientais individuais e coletivos

Mediador: Ricardo Cintra Torres de Carvalho - Desembargador (TJSP)

Palestrantes:

Herman Benjamin - Ministro (STJ)

Nefi Cordeiro - Ministro (STJ)

Antônio de Souza Prudente - Desembargador Federal (TRF1)

Afrânio Vilela - Desembargador (TJMG)

12h - Reunião e discussão da Carta de São Paulo e encerramento

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25372570&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Diário do Grande ABC**Data: 14/06/2019****Primeira sessão pós-tumulto é marcada por clima tenso**

Houve bate-boca entre vereadores e uso da tribuna com acusações de incitação à violência

O primeiro dia de sessão da Câmara de Santo André após o tumulto generalizado na terça-feira registrou feridas abertas relacionadas à aprovação do projeto que autoriza o Paço a firmar concessão de serviços do Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André) à **Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo)** - a proposta foi avalizada em duas votações.

Em ambiente tenso, a plenária teve galerias lotadas, bate-boca entre vereadores, acusações de incitação à violência e uso da tribuna livre para tratar da pancadaria ocorrida na ocasião, que envolveu até mulheres na lista de vítimas do episódio. O principal entrevero se deu diante das declarações de Ronaldo de Castro (PRB) no microfone ao afirmar que, além de BO (Boletim de Ocorrência), teria que se criminalizar parlamentares por inflamarem manifestantes. Disse que Bete Siraque (PT) levou populares à casa, mesmo após capacidade do espaço ter excedido.

A petista rechaçou as imputações. Alegou que, chamada em seu gabinete, subiu com integrantes do Sindserv (Sindicato dos Servidores Públicos) já cadastrados no sistema eletrônico, que queriam acompanhar as discussões. 'O pessoal entrou, inclusive, com o diretor administrativo, após consulta ao presidente da casa (Pedrinho Botaro, PSDB)', disse Bete, citando que o tucano não deveria ter suspenso a sessão em momento de conflito - logo depois da paralisação, houve invasão e a briga. Pedrinho precisou intervir, pedindo 'respeito aos oradores', em decorrência de xingamentos de parte da plateia.

Presidente do conselho da mulher de Santo André, Regina César - servidora da Prefeitura e uma das agredidas durante a sessão de terça - utilizou a tribuna e confirmou ter feito BO. 'Fui pisoteada por vândalos, bandidos. A dor vem da deslealdade de ter sido agredida por covardes. O que ocorreu foi barbárie. Espero que se faça justiça, se apure (a

violência), instigada pelos vereadores (Sargento) Lobo (SD), Wagner Lima (PT) e até a Bete.' A petista procurou Regina para dizer que era mentira as falas sobre ter inflado a confusão.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25408336&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Veículo: Diário de Mogi
Data: 13/06/2019

Conta de água em Mogi das Cruzes sobe 4,72% em julho

As tarifas de água e esgoto em Mogi das Cruzes terão reajuste de 4,72% a partir do próximo mês. Os novos valores serão cobrados nas contas com vencimento a partir de agosto. O índice é menor para a tarifa residencial cobrada dos moradores que se enquadram na primeira faixa de consumo, que é de 10 mil litros de água por mês. Nesses casos, a correção será de 37,63%.

O Semaec esclarece que repassa a correção aplicada pela **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)** em maio, autorizada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseap).

O diferencial, segundo o Semaec, é que os preços cobrados pelos serviços em Mogi são 39% inferiores aos valores praticados pela **Sabesp**. A autarquia informa ainda que mesmo com o repasse, a tarifa residencial de Mogi é a menor cobrada do Alto Tietê para a mesma faixa de consumo.

Para as residências que consomem 10 mil litros de água por mês, o reajuste será de R\$ 37,63 (R\$ 20,91 de água e R\$ 16,72 de esgoto), enquanto nas demais cidades da região, ela passou a ser de R\$ 52,36 (R\$ 26,18 de água e R\$ 26,18 de esgoto). O novo reajuste repassado pela autarquia a partir da conta referência agosto é para o consumo medido a partir de 1 de julho de 2019.

Para fazer a correção, a Arseap levou em conta a variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no período de março de 2018 a março de 2019, que totalizou 4,5754%; aplicação do fator de eficiência (fator X) de 0,6920%, e ajuste compensatório de 0,8408%.

Os últimos três reajustes das tarifas foram anuais. Em julho de 2018, as taxas tiveram correção de 3,5%. Em dezembro de 2017, a taxa aplicada foi de 7,8%. Em maio de 2016, a autarquia reajustou os serviços em 8,4%.

Investimentos

O Semaec enumera ainda os projetos em andamento para melhorar os serviços de saneamento na cidade. Entre elas estão a construção do Centro de Reserva Vila Moraes; a instalação dos sistemas de abastecimento de água nos bairros da Chácara Guanabara, Oroxó e Jundiapéba; a reforma e modernização da Estação de Captação, no rio Tietê; ampliação da capacidade de bombeamento da Estação de Tratamento de Água (ETA) Leste e construção de estação elevatória de água tratada e rede de recalque no Botujuru.

Além disso, o Semaec também informa que realiza obras para aumentar a coleta e tratamento de esgoto, como o esgotamento sanitário do Botujuru e de parte de César de Souza; esgotamento sanitário em Sabaúna e reforma e modernização da Estação Elevatória de Esgoto Indonésia, em Jundiapéba.

A autarquia fornece água a 98% do território urbano de Mogi. O sistema é composto por estação de captação, duas estações de tratamento (ETA Centro e ETA Leste), 30 reservatórios, 26 estações elevatórias e 1,2 mil quilômetros de redes de distribuição. O município mantém também as estruturas de abastecimento de núcleos isolados, que contam com poços artesianos, casa de química para tratamento da água, sistema de bombeamento, reservatórios e rede de distribuição.

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25378497&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Veículo:** G1 Natureza**Data:** 14/06/2019**Pesquisa estima que 17% dos animais marinhos podem desaparecer até 2100**

Segundo o consórcio FishMIP, se as emissões de gases estufa seguirem o ritmo atual, diferentes espécies de peixes, invertebrados e mamíferos serão extintas.



Peixe Bandeira, nativo do Oceano Índico, é registrado na costa de São Paulo — Foto: Eric Comin/Arquivo Pessoal

Cerca de 17% dos animais marinhos (peixes, invertebrados, mamíferos) poderão desaparecer até 2100, se as emissões de CO₂ seguirem o ritmo atual - adverte uma avaliação internacional inédita publicada na terça-feira (11) na revista americana PNAS.

A perda, que já começou, considera apenas os efeitos do clima, sem incluir outros fatores como a pesca predatória e a poluição, e teria grande impacto na biodiversidade e na segurança alimentar.

Agrupados no consórcio "FishMIP" (Fisheries and Marine Ecosystem Model Intercomparison Project), 35 pesquisadores de quatro continentes fizeram uma avaliação global dos efeitos do aquecimento global nos recursos pesqueiros.

Se as emissões de gases causadores do efeito estufa mantiverem sua trajetória atual, a biomassa global de animais será reduzida em 17% até 2100, em relação à média dos anos 1990-99, apontam os cientistas.

Se o mundo conseguir manter o aquecimento abaixo de 2°C, a queda pode ser limitada a 5%, acrescenta o estudo.

"Seja qual for a hipótese das emissões, a biomassa global dos animais marinhos vai cair, devido ao aumento da temperatura e ao retrocesso da produção primária", diz a pesquisa.

Para cada grau de aquecimento acumulado, o oceano perderá cerca de 5% adicional de biomassa animal.

Em 2015, em Paris, vários países se comprometeram a manter a temperatura abaixo de 2°C, em relação à era pré-industrial. Em 2018, porém, as emissões e concentrações de gases causadores do efeito estufa alcançaram um novo recorde mundial, antecipando um cenário futuro de +4°C.

Segundo o estudo, o impacto na fauna marinha será maior nas zonas temperadas e tropicais, onde os humanos dependem mais desses recursos, já muito debilitados.

Em muitas regiões polares, contudo, a biomassa marinha poderá aumentar, especialmente na Antártica, onde haveria "até novas oportunidades de exploração", dizem os cientistas.

"O futuro dos ecossistemas marinhos dependerá em grande parte da mudança climática", resume Yunne-Jai Shin, biólogo do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD).

"Por isso, as medidas de preservação da biodiversidade e de gestão da pesca têm que ser reconsideradas", frisou.

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/06/13/pesquisa-estima-que-17percent-dos-animais-marinhos-podem-desaparecer-ate-2100.ghtml>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019

Veículo: G1 São Paulo

Data: 13/06/2019

SP aprova lei que proíbe fornecimento de canudinhos de plástico em bares, padarias e restaurantes em todo o Estado

Governo tem prazo de 12 meses para regulamentar a lei.



Deputados aprovam projeto de lei que trata uso de canudos em São Paulo — Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O projeto de lei que proíbe o fornecimento de canudinhos de plásticos em restaurantes, padarias, bares e hotéis de São Paulo foi aprovado nesta quinta-feira (13) na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Segundo o projeto de autoria do deputado estadual Rogério Nogueira (DEM), os canudos plásticos serão substituídos por canudos em papel reciclável, material comestível ou biodegradável, embalados individualmente em envelopes hermeticamente fechados feitos do mesmo material.

O governo de São Paulo tem o prazo de 12 meses para regulamentar a lei que tem como objetivo reduzir a poluição provocada pelo material plástico.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/13/sp-aprova-lei-que-proibe-fornecimento-de-canudinhos-de-plastico-em-bares-padarias-e-restaurantes-em-todo-o-estado.ghtml>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Veículo:** A Tribuna de Santos**Data:** 14/06/2019**Porto de São Sebastião: Roque santeiro ou Viúva Porcina?****Frederico Bussinger**

Consultor, engenheiro e economista



Porto de São Sebastião: Roque Santeiro ou Viúva Porcina?

Ele vem de ser incluído no PPI. Qualificado é o termo legal. Objetiva-se sua concessão total e investimentos de R\$ 1,5 bilhão.

Interessados não faltarão: quando da elaboração do “Plano Integrado Porto-Cidade - PIPC”, no final da década passada, mais de 60 empresas fizeram visitas técnicas – várias entre os maiores armadores e operadores portuários mundiais. Também fundos.

Lógico. Quem é do ramo tem faro. Sítio privilegiado (entre os melhores do planeta) reúne três atributos raros de coexistirem: é abrigado; não-estuarino (o que reduz assoreamentos e dragagens); e águas profundas (canal de 25 metros mínimos!). E mais: duas entradas no canal. Em termos de mercado, está a 100 km do pujante Vale do Paraíba e seus acessos permitem chegar ao rico interior paulista sem necessidade de se cruzar a metrópole paulistana. Inclusive isso será facilitado com a conclusão da duplicação da Rodovia dos Tamoios no futuro próximo.

Aliás, faro que vem de longe: “Não se pode desejar melhor nem mais tranquilo ancoradouro que o canal de São Sebastião. Rodeado por terras muito elevadas, os navios aí estão como em um tanque” (Manuel Pimentel,



PADRONADORE STOCK

cosmógrafo português, 1710). “... e dá bom surgidouro às embarcações por seu fundo vasoso, ... e puderem sair a toda hora, tanto pela entrada do norte como pela do sul...” (sic) (J.C.R. Milliet de Saint-Adolphe, “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Imperito do Brasil”, 1845).

Sua importância estratégica para a logística nacional, para o desenvolvi-

mento regional e, mesmo, para o meio ambiente levou Governo do Estado de São Paulo (Gesp) e União ao Convênio de Delegação (JUN/07). Visava à modernização e à expansão do porto público, planejado a partir de 1939 e inaugurado em 55 (TEBAR - Transpetro, em 69): fluxo hoje da ordem de 750 (grandes) navios/ano, 45 Mt de carga agregadas e 300 mil cruzeiristas.

Cumprindo o convênio, o PIPC foi concebido e discutido com a comunidade (152 reuniões, 22 de grande porte). Desenvolvido por reconhecidas empresas de análise de mercado, engenharia e ambiental. EIA-Rima com base em termo de referência acordado entre as agências ambientais – este protocolado em SET/09. Surpreendentemente pedido do Gesp ao Ibama, todavia,

suspendeu as audiências públicas logo agendadas. Duas longas (mais de 6 horas) e concorridas (mais de mil participantes) audiências acabaram realizadas em DEZ/11: em São Sebastião e Ilhabela. A Licença Prévia nº 474 foi expedida em DEZ/13, mas veio a ser suspensa (JUL/14) no julgamento da ação civil pública (ACP) proposta pelos MPs Federal e Estadual, ainda que o Porto tenha optado por fazer concessões visando atender pleitos deste e daquele grupo de pressão.

Cinco anos depois da ACP, 10 do EIA-RIMA e 12 da delegação, o porto público patina com movimentação no patamar do início da década, licença ambiental de 2010 vencida e prejuízo acumulado de R\$ 69,4 milhões, enquanto aguarda decisão do TRF desde abril passado.

Consultores e advogados não terão dificuldades para modelar a concessão. Tampouco o Governo Federal em encontrar interessados. Mas será que as elites econômica, acadêmica e da mídia, que desalojaram os caixas e “privatizaram” parte relevante do Litoral Norte, bem sucedida até agora na instrumentalização do ambientalismo e da mídia e em escaramuças jurídicas, aquiescerá?

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25408983&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Veículo:** Exame Tecnologia**Data:** 14/06/2019**Nova privada funciona sem água, gera energia e fertilizante**

LooWatt diminui o desperdício de água e a produção de lixo

Maria Eduarda Cury

São Paulo - A revolução do vaso sanitário é mais importante do que parece para quem tem saneamento básico no dia a dia. Até mesmo Bill Gates, cofundador da Microsoft, é um dos entusiastas dessa inovação, que tem potencial para democratizar o acesso a algo que parece ser tão básico e essencial para a vida humana. O LooWatt, desenvolvido por uma empresa inglesa de mesmo nome, tenta reinventar a privada e até mesmo modernizá-la. Trata-se de um vaso sanitário que pode ser lavado sem o uso d'água, e é capaz de transformar resíduos humanos em eletricidade e fertilizantes, de maneira limpa e segura.

O sistema, desenvolvido pela companhia, é uma alternativa sustentável para banheiros químicos ou fossas. Ao utilizar os resíduos para gerar energia elétrica, pode eliminar o desperdício e a poluição da economia global - ao mesmo tempo que restaura os sistemas naturais.

A inventora e fundadora da LooWatt, Virginia Gardiner, disse ao site Dezeen que uma solução inovadora para a questão sanitária, no século XXI, precisa ser higiênica e sem inodora. 'Você precisa ter um sistema sem água para que não haja desperdício para eliminar resíduos humanos da vista e da mente', declarou Gardiner.

Como funciona

Após os resíduos e lixo do vaso sanitário serem recolhidos, eles são selados em um filme de polímero biodegradável, que forma uma câmara de segurança para conter doenças e odores.

Após esse processo, o lixo que foi selado é levado para um digestor anaeróbico especializado. Este, por sua vez, transforma os resíduos em biogás, fertilizantes e eletricidade.

Esse produto pode ser o futuro do saneamento básico?

De acordo com a Organização das Nações Unidas, até 2030 metade da população mundial estará vivendo em áreas de estresse hídrico - onde a procura por água será maior do que o local pode oferecer.

Por conta do cenário de mudanças climáticas, a situação da falta de saneamento básico no planeta deve piorar. E, com isso, a média mundial de duas milhões de mortes, anualmente, por doenças relacionadas tende a aumentar.

O modelo de vaso sanitário desenvolvido pela LooWatt pode ser instalado em um pedestal padrão, o que facilita para que as empresas o adotem. Além disso, um modelo menor está em fase de desenvolvimento para que seja mais prático instalá-lo.

Até o momento, cerca de 800 pessoas em todo o mundo utilizam o vaso sanitário LooWatt, que é financiado pela agência de inovação do Reino Unido, InnovateUK, e pela Fundação Bill & Melinda Gates, dos Estados Unidos.

'Banheiros sem esgoto são o futuro do saneamento urbano em muitas partes do mundo. É o futuro, mas também é o presente', disse Gardiner. O LooWatt está atualmente em exibição no museu Victoria e Albert, em Londres, como parte de sua mais recente exposição Food: Bigger than the Plate, que analisa o futuro dos alimentos.



Empresa desenvolve vaso sanitário gerador de energia (LooWatt/Divulgação)

<http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=25416399&e=577>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Veículo:** Diário da Região**Data:** 14/06/2019**Nem a reciclagem dá conta do problema do plástico no meio ambiente**

Renan Polízio

O plástico está por toda a parte. Na forma de embalagens, sacolas, copos descartáveis, garrafas pet e canudos, tornando-se uma verdadeira "praga" quando todo esse material se transforma em lixo. Só em Rio Preto, a Constroeste, empresa responsável pela coleta de lixo, recolhe aproximadamente 105 toneladas de plástico todos os meses. O número corresponde a 7% do lixo seco, que inclui outros recicláveis, como papel, vidro e metal. Esse lixo seco representa 12% das 12,5 mil toneladas de resíduos domésticos coletados na cidade mensalmente.

Uma solução para minimizar os impactos é a reciclagem, mas até mesmo essa alternativa já não é vista como a melhor saída para o problema do plástico.

Segundo o professor doutor Marcelo Lima, do Laboratório de Química Bio-orgânica Ambiental (LQboA), da Unesp de Rio Preto, a reciclagem do plástico é um processo mecânico e térmico, que gera partículas microscópicas de plásticos que podem contaminar a biosfera. "O plástico não tem estrutura química compatível com a reciclagem, remoldagem ou reaproveitamento de qualquer tipo, visto que em qualquer um desses processos é gerada uma quantidade indesejável de microplástico, que é de difícil contenção. Dessa forma, a reciclagem, que há algum tempo era a solução, agora vemos que é um dos problemas", afirma.

O descarte de plástico, segundo ele, causa sérios danos ao meio ambiente e à saúde dos seres vivos, devido ao alto nível de contaminação bioquímica durante sua degradação lenta na natureza.

O professor acrescenta que não se pode afirmar o tempo exato de decomposição do material, já que a vida média da maioria dos tipos de plástico é desconhecida, devido aos diversos fatores que afetam sua degradabilidade. As previsões obtidas em laboratório, estimando a decomposição do material entre 450 e 800 anos, são consideradas especulações. "O certo é que a raça humana se extinguirá antes que o

primeiro grama de plástico produzido em 1907, por Leo Baekeland, quando sintetizou a baquelite, se decomponha completamente", comenta o especialista.

Há quem reutilize de maneira simples o material descartado para criar brinquedos, como carrinhos feitos de garrafa pet. Nesse sentido, segundo o especialista, a ação torna-se uma medida paliativa contra o acúmulo do plástico, pois estimula o reuso do material e evita o descarte ao ar livre. Porém, enfatiza não ser a solução, já que o plástico ainda estará em circulação.

Dados da WWF Internacional colocam o Brasil em 4º lugar na produção de lixo plástico, com 11,3 milhões de toneladas anualmente. O mesmo estudo mostra que cada brasileiro produz um quilo de lixo plástico a cada semana.

Em Rio Preto, segundo a Cooperativa de Coleta Seletiva, Beneficiamento e Transformação de Materiais Recicláveis (Cooperlagos), todos os meses, 300 toneladas de resíduos recicláveis são coletadas na cidade. "Entre os plásticos, o mais encontrado é a sacola de supermercado", explica Tereza Marta Pagliotto, assistente social e coordenadora da cooperativa. Não há um levantamento específico sobre a quantidade de plástico recolhida na cidade.

A solução para o problema do plástico, portanto, é uma só: mudar o comportamento, desestimulando o consumo do plástico por parte do cidadão. "O governo deve incentivar as pesquisas científicas para a eliminação de qualquer poluente, inclusive o plástico", argumenta o professor da Unesp.

O campus da universidade em Rio Preto, por exemplo, tem trabalhos em nível de pós-graduação que tratam sobre o tema. Além disso, a própria universidade conta com grupos, como o Postura Ativa frente à Causa Ambiental (Paca), que junto às empresas juniores, desenvolvem iniciativas de cunho educacional e social com temáticas ambientais. Outro grupo é o PET Química, que vai até as escolas do município também realizar atividades de conscientização sobre o tema.

O que fazer enquanto a solução não chega? Já que, mesmo reciclado, o plástico continua sendo tóxico ao meio ambiente, o ideal é

Data: 14/06/2019

evitar consumir produtos que venham armazenados ou sejam produzidos à base de plástico. Para o professor da Unesp, o cidadão tem de dar preferência aos utensílios de materiais renováveis e mais inertes quimicamente que o plástico, como madeira, vidro e metais. "Valorize os produtos vendidos 'a granel'. Se o consumidor começar a exigir, as empresas vão agir", pontua Lima.

Por enquanto, o mercado oferece poucas opções de biodegradáveis, tornando-se inevitável comprar produtos com plástico. Neste caso, a tarefa é feita em casa. Assim que terminar de utilizar uma peça ou embalagem, pré-higienize com água e deixe em local reservado (sem contato com lixo orgânico, metais e madeira), até levar ao ponto de coleta seletiva.

Empresas como a Cooperlagos, em Rio Preto, encaminharão o resíduo para a destinação final. O morador que não tem a coleta seletiva em seu bairro pode fazer o descarte do material em um dos Pontos de Apoio ou nos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), nos barracões da Cooperlagos. Na cidade, apenas 5% da área física tem essa coleta de porta em porta pelos catadores. "Temos a coleta, porém não de forma universalizada", afirma Tereza.

Lei contra canudinho

Seguindo a tendência de grandes cidades, os vereadores de Rio Preto aprovaram a legalidade do projeto que proíbe o uso de canudos plásticos em bares e restaurantes, no dia 30 de abril deste ano. O mérito do projeto ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Câmara.

Caso seja sancionado pelo Prefeito, esses locais deverão oferecer opções de canudos de papel biodegradável. Segundo o autor do projeto, José Carlos Marinho (PSB), o estabelecimento que descumprir a Lei pagará multa de R\$ 5,7 mil, além da cassação da licença em caso de reincidência.

De acordo com o especialista da Unesp, a medida é acertada para evitar o consumo do plástico isoladamente, porém, se não envolver a educação da população, a chance de essa iniciativa prosperar e se aplicar futuramente a outros objetos de plástico é pequena.

Ele compara os canudos à ação frustrada da proibição do uso das sacolas plásticas nos supermercados, em 2012. "Podemos prever o

mesmo que aconteceu naquela iniciativa. A população acredita que o plástico é um problema, mas infelizmente não foi educada para viver sem ele", conclui Marcelo Lima.

Atriz rio-pretense integra ONG no RJ

Famosa na televisão e no cinema, a atriz rio-pretense Fernanda de Freitas, que atualmente mora no Rio de Janeiro, é defensora da causa ambiental e embaixadora da Route Brasil, organização não-governamental (ONG) que promove ações de limpeza em praias e rios pelo País, recolhendo lixos, em sua maioria, plásticos. Os mais encontrados nas orlas brasileiras são sacolas de supermercado, canudos, garrafas pet e tampinhas.

Ela destaca que a ideia do "descartável" para o plástico estimula a produção desse tipo de lixo. "Por exemplo, você usa o canudo por um minuto e aquilo é jogado, descartado. Então, essa cultura dos descartáveis é que prejudicou muito, que fez a gente chegar onde estamos hoje, nesse estado calamitoso", argumenta a atriz.

Fernanda já participou de várias ações pela Route Brasil em Florianópolis, Rio de Janeiro e Fernando de Noronha. Como defensora, a atriz passou a enxergar de outra maneira as questões de limpeza das praias. Um lugar que a surpreendeu foi a Ilha de Fernando de Noronha. Apaixonada pelo arquipélago, antes de conhecer o projeto, não conseguia perceber que a região paradisíaca sofria com a poluição. "Eu sempre fui pra Noronha com outro olhar, contemplando aquela natureza exuberante. Apesar de, hoje em dia, Noronha sofrer muito com isso [lixo nas praias], ainda é um lugar que a gente pode reverter essa situação", diz.

A rio-pretense já reuniu famosos para apoiar a limpeza das praias. No último dia 8, junto à ONG, participou e ajudou a reunir milhares de voluntários para o maior abraço de pessoas de mãos dadas na orla na zona oeste do Rio de Janeiro, ocupando 18,3 km de extensão. A ideia da ação foi mobilizar maior número de pessoas e alertar para os riscos de contaminação do lixo sintético no litoral brasileiro.

https://www.diariodaregiao.com.br/conteudo/2019/06/cidades/meio_ambiente/1154607-nem-a-reciclagem-da-conta-do-problema-do-plastico-no-meio-ambiente.html

[Voltar ao Sumário](#)

Conselho do patrimônio histórico de Doria não tem historiador

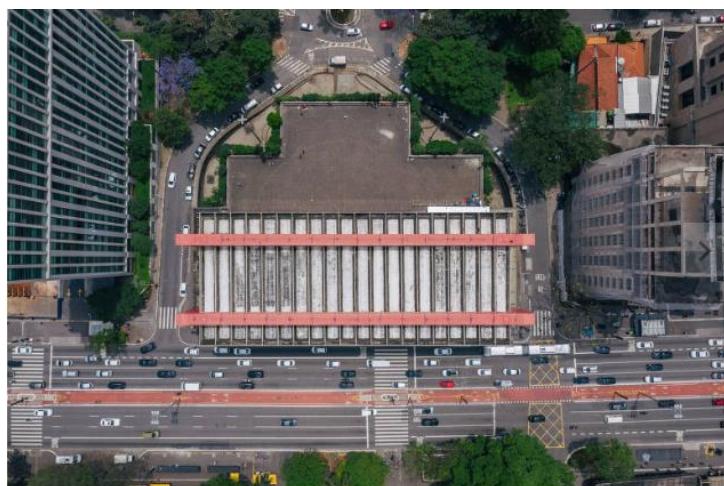
Francesca Angiolillo

Entre os nomes escolhidos direta ou indiretamente pelo governador João Doria (PSDB) como titulares do Condephaat, conselho que zela pela preservação do patrimônio no estado, não há nenhum historiador.

Há dois historiadores entre os suplentes, os quais, segundo a secretaria de Cultura e Economia Criativa, da qual depende o órgão, "poderão apresentar relatoria com a anuência dos respectivos titulares".

De acordo com o arquiteto Carlos Faggin, reconduzido ao cargo de presidente do Condephaat, não há áreas específicas que obrigatoriamente devam estar no conselho.

O novo grupo, que tem 24 membros e igual número de suplentes, tomou posse nesta quinta (13), às 15h, para um mandato de dois anos. Eles se reunirão pela primeira vez na próxima segunda (17) —desde 25 de fevereiro o conselho não delibera.



O Masp, projeto de Lina Bo Bardi, deve ganhar um anexo no edifício Dumont Adams (à dir. na foto); como o museu é tombado nas três instâncias de preservação do patrimônio, modificações devem passar pelo Condephaat Gabriel Cabral/Folhapress/

O órgão, cuja sigla significa Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, teve sua composição alterada pelo decreto 64.186 de 15 de abril de 2019.

Questionada na Justiça —uma ação do Ministério Público que pede sua anulação aguarda decisão

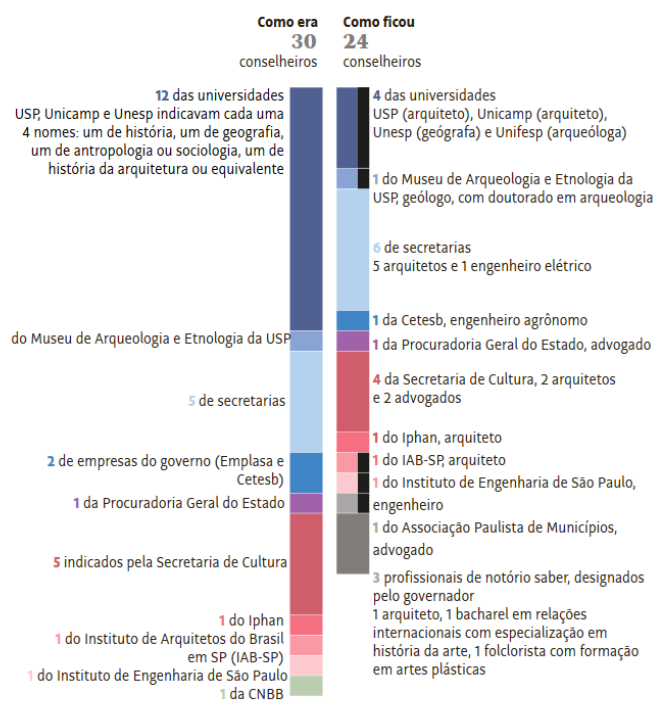
na segunda instância—, a nova composição diminuiu o peso dos representantes das universidades estaduais no conselho.

Professores das áreas de história, geografia, antropologia ou sociologia, arquitetura, arqueologia e história da arquitetura eram os principais responsáveis pelos aspectos técnicos das decisões do órgão.

Era um conjunto de 12 votantes, que representavam esses saberes em uma mesa de 30 conselheiros. Agora, de um total de 24, eles serão 4 —além de um representante do MAE, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, que já tinha um assento na composição anterior.

Mudanças no Condephaat

■ Entidades têm de mandar lista triíplice para Secretaria da Cultura e Economia Criativa; governador designa a partir da lista conselheiro e suplente



Além disso, as universidades já não apontam diretamente os nomes de seus representantes.

Seguindo a nova norma, USP, Unicamp, Unesp e Unifesp, bem como o MAE, indicaram uma lista triíplice de titulares e suplentes, para que dali o governador escolhesse quem teria assento no conselho.

O mesmo procedimento vale para as instituições da sociedade civil representadas no Condephaat: Instituto de Arquitetos do Brasil, Associação

Paulista de Municípios e Instituto de Engenharia de São Paulo.

À outra metade da mesa, sentam-se nomes indicados diretamente pelas instâncias que representam.

Nela estão membros de sete secretarias (Governo; Fazenda e Planejamento; Infraestrutura e Meio Ambiente; Habitação; Desenvolvimento Regional; Turismo; e Cultura e Economia Criativa), além da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e a Cetesb.

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa, da qual depende o Condephaat, tem quatro assentos. O Iphan, órgão federal de preservação do patrimônio, tem um.

Há, ainda, três profissionais de notório saber, indicados pelo governo, nas áreas de história da arte e arquitetura, urbanismo e patrimônio imaterial.

Com isso, o corpo titular do conselho tem agora 12 arquitetos, 4 advogados, 3 engenheiros, 1 arqueóloga, 1 geógrafa, 1 geólogo que é também doutor em arqueologia, 1 folclorista com formação original em artes plásticas e 1 bacharel em relações internacionais, este com especialização em história da arte.

Entre os titulares indicados em listas tríplices de universidades levantadas pela Folha havia historiadores. Esses, porém, não foram selecionados por Doria para a mesa.
AMIGO DA CORTE

Diante do que tem sido visto como um desequilíbrio entre o estado e a sociedade civil no conselho, com a balança pendendo para o lado do governo, o processo que questiona a legitimidade da nova composição ganhou nesta quinta um novo ato.

O vereador Gilberto Natalini (PV) requereu participar do processo como "amicus curiae". A expressão, que significa amigo da corte, ou do tribunal, designa um terceiro que possa contribuir com conhecimento à causa.

Ecoando os argumentos com que o Ministério Público fundamenta a ação, o requerimento diz que as sucessivas alterações que o Condephaat teve, por meio de decretos, ao longo de 50 anos, ferem a Constituição, por ter sido o órgão criado por lei.

O texto recorda ainda que, na composição original do conselho, estabelecida na lei 10.247/1968, o governo contava com 2 dos 9 assentos e diz que a composição atual "imprime nítido desequilíbrio na representação da sociedade", com o governo passando a determinar 15 dos 24 assentos.

Por fim, nota desequilíbrio também "na representação de conhecimentos historicamente consolidados na preservação do patrimônio cultural".

"Chamamos a atenção para a nomeação de conselheiros com atuação/formação nas áreas de engenharia elétrica e engenharia civil", formações, diz o texto, "que não se constituem com vínculos diretos com a preservação do patrimônio cultural".

"Mais estranha é a ausência de historiadores entre os profissionais nomeados com titulares", segue o requerimento de Natalini.

"Ora, é estranho que um conselho cujo nome leva o interesse histórico não tenha nenhum representante deste campo do conhecimento" que, frisa, nunca esteve ausente do órgão, desde 1968.



A renovação e ampliação do Museu Paulista, obra prometida pelo governo do estado para o bicentenário da Independência, em 7 de setembro de 2022, dependerá de aprovações do Condephaat Usuário/Divulgação

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/conselho-do-patrimonio-estadual-de-doria-nao-tem-historiador.shtml>

[Voltar ao Sumário](#)

Mônica Bergamo: Queda de Santos Cruz era esperada há mais de um mês por membros do governo

A queda do general Carlos Alberto dos Santos Cruz da Secretaria de Governo já era esperada há mais de um mês pelas principais lideranças do Congresso e por integrantes do governo.

TÔ AVISANDO

A senha de que ela estava próxima foi dada por Carlos Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, em uma mensagem no seu perfil do Twitter.

ESCONDERIJO

No último domingo (9) Carlos escreveu: "Aonde (sic) estão os 'super generais' para defender o presidente de mais um ataque", referindo-se à resistência para a aprovação do projeto que abria crédito extra de R\$ 248 bilhões para o governo.

SÓ PARA ISSO

Carlos foi além e disse que, para "fazer cartinha atacando quem sempre nos ajudou", os generais eram "rápidos".

CÍRCULO

Em uma das crises envolvendo Santos Cruz, em maio, o general Alberto Villas Boas, ex-comandante do Exército e assessor do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), postou uma carta no Twitter atacando Olavo de Carvalho (guru de Jair e Carlos Bolsonaro), que por sua vez atacava Santos Cruz.

FILA

A aposta é de que o próximo a ser demitido é o general Floriano Peixoto, ministro da Secretaria-Geral da Presidência. Ele é muito ligado a Santos Cruz.

VAI TARDE

O cargo ocupado por Santos Cruz já era um dos mais esvaziados do governo. Ele cuidava da articulação política. "Como ela não existe, isso e nada é a mesma coisa", diz uma das principais lideranças do Congresso.

MENSAGEM

A Assembleia do Rio de Janeiro discutirá nos próximos dias uma homenagem ao jornalista Glenn Greenwald, do site The Intercept Brasil, que revelou o escândalo das mensagens de Sergio Moro e Deltan Dallagnol.

ARCO-ÍRIS

A proposta para que ele receba a Medalha Tiradentes foi feita pela deputada Zeidan Lula (PT-RJ). Entre os que já foram laureados estão Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro, Sergio Moro, Fernando Haddad, a escritora Marcia Tiburi e o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica.

ATRÁS DAS LENTES

A fotógrafa Isadora Tricceri é a idealizadora do Olhares Delas, coletivo criado para dar voz e enaltecer mulheres na fotografia; o grupo organiza evento com palestras, rodas de conversa e pocket shows neste sábado (15), no MIS.

OI, BOLSONARO

O diretor de teatro Roberto Alvim publicou em uma rede social que recebeu uma ligação de Jair Bolsonaro nesta quinta-feira (13). Ele afirma que vem sofrendo ataques do setor cultural desde que decidiu apoiar o presidente.

MISTÉRIO

Segundo ele, a conversa durou dez minutos. O diretor disse à coluna que não pode, ainda, revelar o conteúdo do papo. Mas deu pistas em suas postagens.

MISTÉRIO 2

"Darei em breve mais notícias sobre as coisas belas e imensas que essa conversa vai gerar! Vamos em frente, redefinir a cultura brasileira. Para a glória de Deus!", escreveu ele no Facebook.

RÉGUA

"O fato do presidente Jair Bolsonaro ter se dado ao trabalho, em meio às suas inúmeras responsabilidades e afazeres, de ligar para um artista que está sendo perseguido e caluniado apenas por ter um pensamento divergente do que é hegemônico em seu meio dá a medida do

homem sensível, nobre e justo que ele é”, disse ainda Alvim em outra postagem.

CRONOLOGIA

O cantor Martinho da Vila lançou o livro “2018 - Crônicas de um Ano Atípico” no Sesc Avenida Paulista, na quarta (12). O músico e escritor Zuza Homem de Mello, a produtora cultural Cleo Ferreira e o escritor Tom Farias passaram por lá.

NÃO QUERO

Organizações como Conectas, Mães de Maio e IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa) fizeram uma nota conjunta contra a extinção do Mecanismo Nacional de Prevenção do Combate à Tortura (MNPCT). Cerca de 200 entidades assinaram o documento.

JANELA

Segundo o texto, o MNPCT tem acesso a locais como centros de detenção, hospitais psiquiátricos, abrigos e instituições socioeducativas. “Nos seus anos de atuação, o MNPCT foi responsável por expor a realidade dos centros de privação de liberdade do Brasil”, diz o documento.

INVESTIGAÇÃO

Sete vereadores que integram a Comissão Extraordinária das Enchentes vão propor uma CPI do Desmatamento para a Câmara Municipal de SP.

VISITA

A ideia surgiu nesta quinta (13) após visita do grupo a reservas ambientais e loteamentos irregulares na região de Parelheiros e Grajaú, na zona sul da capital.

MULTICULTURAL

O artista plástico e músico português Tomás Cunha Ferreira, que já trabalhou com Moreno Veloso, Domenico Lancelotti e Tulipa Ruiz, vai abrir sua primeira exposição individual no Brasil. “Panapanã” reunirá 12 obras inéditas e será inaugurada no dia 18 de junho, na Galeria Athena, no Rio.

CARTAS NA MÃO

O livro “Pergunte ao Oráculo”, da designer Elisa Stecca, foi lançado na terça (11), em evento na Livrara da Vila da alameda Lorena, em São Paulo. O artista Guto Lacaz compareceu.

CURTO-CIRCUITO

Ricardo Almeida vai vestir o técnico Tite, o coordenador da CBF Edu Gaspar e os dois auxiliares de campo na Copa América, que começa nesta sexta (14).

Ilka Teodoro, abre a programação da Semana de Saúde da Hplus Hotelaria. Nesta sexta (14), em Brasília.

Xicão Alves presta homenagem a Elizeth Cardoso no projeto Domingo com Bossa. No domingo (16), no bar Riobaldo.

Eliana Pittman e Maria Alcina fazem show nesta sexta (14) . Às 21h30, no Café Society.

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/monicabergamo/2019/06/queda-de-santos-cruz-era-esperada-ha-mais-de-um-mes-por-membros-do-governo.shtml>

[Voltar ao Sumário](#)

Painel: Para aliados, mesmo subordinado, general Santos Cruz ainda via Bolsonaro como 'capitão'

Pronome de tratamento A demissão de Santos Cruz revela mais do que um suposto novo ato na disputa entre militares e olavistas, incluídos aí os filhos do presidente. Jair Bolsonaro demonstrou nos últimos meses profundo incômodo com o que considerou sinais de insubordinação e displicência com sua estratégia política. Nenhum aliado recorreu a episódios eloquentes para exemplificar a raiz da insatisfação. A cena citada foi: Augusto Heleno (GSI) chama Bolsonaro de "senhor"; Santos Cruz o acionava pelo nome.

Patente alta Pessoas próximas ao presidente viam a falta de cerimônia de Santos Cruz como uma evidência de que ele, general e contemporâneo de Bolsonaro no Exército, ainda enxergava o mandatário como capitão.

Ceia indigesta Aliados do presidente também dizem que Santos Cruz teve dificuldade de trocar a farda pelo traje de político. Lembram que o Lide, grupo fundado pelo governador de SP, João Doria (PSDB), disparou nesta semana convite para almoço com a presença do general.

Ceia indigesta 2 Bolsonaro, que já havia colocado a lealdade de Santos Cruz em xeque no auge do embate entre militares e olavistas, teria torcido o nariz. Aliados do presidente dizem que o agora ex-ministro deveria ter ponderado se era o caso de prestigiar entidade vinculada a Doria – potencial concorrente em 2022.

Inferno são os outros Há 15 dias, quando decidiram mexer na equipe da Casa Civil, a queda de Santos Cruz foi ventilada. A debilidade da articulação política caiu na conta dele.

Só no sapatinho O general Luiz Eduardo Ramos, que assume o posto de Santos Cruz, é descrito como "mais político do que Onyx Lorenzoni", o chefe da Casa Civil. Seu perfil conciliador é elogiado até por integrantes de siglas de esquerda que o conheceram no Comando do Militar do Sudeste.

Cada um na sua A chegada de Ramos ampliou a expectativa por uma reorganização das tarefas atribuídas à Casa Civil e à Secretaria de Governo. Hoje, as duas funcionam num sistema quase híbrido.

E eu? O aceno de cargos a partidos começou a criar desgastes. O DEM soube que o presidente havia decidido dar a chefia da Codevasf a um general e estrilou. Líderes da legenda contavam que indicariam o nome. A pressão é para manter a nomeação política para o comando do órgão.

Daqui viemos A defesa incisiva que Bolsonaro fez de Sergio Moro (Justiça), nesta quinta (13), foi vista por parlamentares como resposta do presidente a seu próprio eleitorado, que torcia pela guarida a uma das estrelas do governo.

Para cá retornaremos A avaliação é de que boa parte dos que votaram no presidente não vê justificativa para condenar eventual avanço de sinal na atuação do ex-juiz se em nome da "depuração da política".

Operação resgate Líderes de diferentes partidos começaram a articular emenda que devolva os estados à reforma da Previdência. Ela deverá prever a aprovação de lei ordinária pelos governadores que desejarem replicar as regras para os servidores locais.

Meu pessoal Aliado de Paulo Guedes na reforma, o Novo vai romper trato que havia firmado com o governo e deve apresentar, ainda na comissão especial, sugestão de mudança ao texto. A sigla quer tentar derrubar o aumento da tributação dos bancos, que pegou os deputados de surpresa. "É taxar indiretamente a população", diz Vinicius Poit (SP).

Perdas e ganhos As centrais sindicais avaliam na terça (18) o impacto da greve contra a reforma deflagrada nesta sexta. UGT e Força esperam que a mobilização abra canal de negociação com o governo. A CUT quer derrubar o projeto.

Menos Membros do PSDB chamaram de desatino a defesa de Doria ao afastamento de Geraldo Alckmin da sigla.

Visita à Folha O presidente do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro, visitou a Folha nesta quinta (13), onde foi recebido em almoço a convite do jornal. Estava acompanhado de Mauricio de Albuquerque Wanderley, secretário-geral da presidência do TCU, Elaine Dantas, secretária de comunicação do TCU, e Hamilton Caputo Delfino Silva, secretário do TCU no estado de São Paulo.

TIROTEIO

Por que o PT e o PSOL não pedem para soltar o Eduardo Cunha também, condenado pelo mesmo juiz na Lava Jato?

Do deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), sobre as críticas da oposição a Moro, após a revelação de mensagens pelo The Intercept

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/06/14/para-aliados-mesmo-subordinado-general-santos-cruz-ainda-via-bolsonaro-como-capitao/>

[Voltar ao Sumário](#)

Petrobras recebe R\$ 31,5 bilhões pela venda de malha de gasodutos

Nicola Pamplona

Uma semana após autorização do STF (Supremo Tribunal Federal), a Petrobras anunciou nesta quinta (13) o fechamento da operação de venda de 90% da TAG, subsidiária que opera as malhas de gasodutos do Norte e Nordeste, à francesa Engie e à canadense Caisse de dépôt et placement du Québec, por R\$ 33,5 bilhões.

Foi a maior operação de venda de ativos da estatal até o momento. Do valor total desembolsado pelas compradoras, R\$ 2 bilhões serão usados para antecipar o pagamento de dívidas da TAG com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A Petrobras permanece com uma fatia de 10% da empresa e continuará usando os serviços de transporte prestados pela TAG. Em nota, a estatal disse que a transferência do ativo não terá impacto em suas operações e na entrega de gás natural aos seus clientes.

"Além de ser um marco na história de 23 anos da Engie no Brasil, a aquisição possibilita um rápido crescimento no país com novas fontes de receita em uma nova linha de negócios", disse, também em nota, o presidente da Engie, Maurício Bähr. A empresa já opera no país nos segmentos de energia e mobilidade, entre outros.

A TAG será presidida pelo engenheiro Gustavo Labanca, que atuava como diretor de Desenvolvimento de Negócios da Engie Brasil e foi um dos líderes do processo de negociações com a Petrobras para a aquisição da companhia.

Na nota, a Engie defende a manutenção dos contratos de transporte entre TAG e Petrobras durante a fase de transição para o novo mercado de gás, uma das prioridades do Ministério da Economia. Uma das propostas em estudo pelo governo é a obrigação de que a Petrobras ceda parte de seus contratos a empresas privadas.

A venda da TAG foi suspensa em maio por liminar do ministro do STF, Ricardo Lewandowski, até que o plenário da corte discutisse a possibilidade de vendas de subsidiárias de estatais sem anuência do Congresso. Após o julgamento que permitiu as privatizações, na semana passada, Lewandowski derrubou sua própria liminar.

A decisão do STF destravou processos de venda, pela Petrobras, também da distribuidora de gás de botijão Liquigás, da fábrica de fertilizantes de Araucária e de refinarias. A empresa pretende ainda oferecer ao mercado novas fatias na BR Distribuidora.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/petrobras-recebe-r-315-bilhoes-pela-venda-de-malha-de-gasodutos.shtml>

[Voltar ao Sumário](#)

É possível engajar até nações resistentes na luta ambiental, diz enviado da ONU

Anna Virginia Balloussier

Foi nesta quinta (13) numa sala do Fasano, um dos mais chiques hotéis do Rio de Janeiro, que Carlo Pereira, o secretário-executivo da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, fez o apelo: "Não temos mais tempo nem dinheiro para ficar discutindo em salas. A gente no Brasil gosta muito de cartas, movimentos, compromissos. Mas acho que as empresas estão clamando por ação".

Lá reunidos estavam representantes do empresariado brasileiro e o enviado especial da ONU para uma cúpula climática que a organização promoverá em sua sede, em Nova York, daqui a três meses. E o mexicano Luis Alfonso de Alba, adiantou Pereira, queria "mais ouvir do que falar".

Falou um bocado, é verdade, como ao apontar que uma onda de furacões fez o Caribe perder num único dia o equivalente a um ano de seu PIB, e óbvio que as mudanças climáticas tinham tudo a ver com a força dos ventos.

Mas também escutou demandas do setor que contrastavam com seu discurso otimista de que chegou a hora de todos entenderem que não é mais uma questão de "se": os reveses do aquecimento global já estão entre nós.

Tá, ponderaram alguns na sala: mas e se mesmo assim os governos resistissem a aderir à agenda ambiental? Os Estados Unidos, afinal, já deram adeus ao Acordo de Paris, que estabelece metas voluntárias para países signatários reduzirem emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa.

O Brasil de Jair Bolsonaro também flertou com a ideia, fora ter desistido de sediar a COP25, conferência anual da ONU para negociar a implementação do Acordo de Paris —que agora ocorrerá no Chile— e quase desistir de sediar um encontro em Salvador pré-COP 25 —o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chegou a dizer que a reunião seria só uma bela oportunidade de comer acarajé.

Vamos ser realistas, argumentaram os convidados. Marina Rocchi, da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), pinçou uma sugestão de Alba sobre taxar mais o Texas pelo excedente de poluição. Ora, não dá

para chegar ao empresário brasileiro falando em aumentar impostos. "Não estamos pedindo mais uma taxa, e sim um mercado de carbono."

Dica a Alba: incentive a indústria a poluir menos em vez de mencionar novo encargo. "Assim você terá mais chance de ter o Brasil e o setor privado ao seu lado", disse Rocchi, que propôs ainda que a ONU inclua, além do Ministério do Meio Ambiente, também o da Economia na discussão.

Cláudia Jeunon, da Invepar, gestora privada de mobilidade urbana que cuida do aeroporto de Guarulhos e do metrô do Rio, alertou: ambientalistas pregam muito para convertidos. Se ela troca uma ideia com um engenheiro ou químico, eles não sabem como produzir e ser sustentável ao mesmo tempo. Por que não mexer no currículo de cursos da área? Assim se introduziria já na base a necessidade de fazer as coisas de forma diferente.

O enviado da ONU disse à Folha que é possível engajar mesmo as nações mais resistentes na luta verde. Os EUA, por exemplo, podem até dizer que abandonarão o Acordo de Paris. Mas há parcerias locais e temas específicos que podem envolver os americanos, como a busca por novas fontes energéticas.

No próximo dia 30, a ONU realizará um encontro em Abu Dhabi para levantar uma espécie de inventário de propostas concretas para lidar com a crise climática, afirmou Alba.

E o setor privado é um parceiro cobiçado neste momento, disse à reportagem Carlo Pereira. "Já faz um tempo que a ONU está se abrindo a ele. Com a globalização, as empresas ganharam muito poder."

Se listarmos os 200 gigantes mundiais comparando PIBs e receitas, 157 serão empresas, e não países, apontou o coordenador da Rede Brasil do Pacto Global, uma iniciativa criada em 2000 pela ONU para aproximar corporações de suas causas.

Os EUA ainda lideram o ranking, e a maior empresa do mundo em receitas é o Walmart, que supera nações como Portugal. A soma do faturamento das dez maiores do mundo, aliás, é maior do que a economia dos 180 países mais pobres do mundo.

Pereira até reconhece que o lema do Pacto Global é um pouco, digamos, florido demais ("empresas

como força do bem"). Mas a colaboração delas pode ser crucial. "Quem vota [na ONU] são os Estados, mas as empresas influenciam."

Além de financiamento e lobby político, as corporações ("que não deixam de ser os grandes emissores") podem contribuir com tecnologia, inovação e capilaridade, afirmou. "Tem grupo industrial no Brasil presente em mil cidades. Quem mais consegue isso?"

Não que o empresariado vá comprar a causa só porque ela é "bonitinha". Ele é pragmático também. "Quando Donald Trump veio com a discussão de retomar o carvão, a indústria não mexeu um centímetro, porque ninguém mais compra."

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/06/e-possivel-engajar-ate-nacoes-resistentes-na-luta-ambiental-diz-enviado-da-onu.shtml>

[Voltar ao Sumário](#)

Proposta de Kim prevê isentar agropecuária de licenciamento

Ana Carolina Amaral

Sem perder velocidade, a tramitação do projeto que cria a lei geral de licenciamento ambiental ganhou nesta semana um calendário apertado de dez audiências públicas, que tentarão resolver, nas próximas três semanas, as divergências entre os setores produtivo e ambientalista.

Um texto-base foi divulgado ontem na primeira reunião do grupo de trabalho (GT) coordenado pelo deputado Kim Kataguirí (DEM-SP). Entre as principais propostas, está a isenção de licença para atividades agropecuárias e também para melhorias e ampliações em obras de infraestrutura.

O deputado Kataguirí, a bancada ruralista e também o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, têm defendido que a atividade agropecuária é de baixo risco e por isso não precisaria se submeter ao licenciamento ambiental.

O projeto também dá mais flexibilidade para que estados e municípios alterem suas condições de licenciamento ambiental. Atualmente, os órgãos estaduais e municipais de fiscalização seguem padrões mínimos determinados por leis federais.

A mudança preocupa ambientalistas pela possibilidade de se criar uma espécie de guerra fiscal ambiental, em que administrações locais passariam a diminuir exigências ambientais para competir com outras regiões pela atração de empreendimentos.

O texto estabelece ainda prazos máximos para concessão de licenças, prevendo a "competência supletiva". Ou seja, caso um órgão demore mais do que o previsto para uma emissão de licença, uma autoridade de outra instância poderá assumir o licenciamento.

Pelo projeto de lei, manifestações de órgãos como o Incra e a Funai não devem vincular a decisão final da autoridade licenciadora.

O ex-diretor de licenciamento do Ibama e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Nilvo Silva, sugere que o projeto incorpore os diagnósticos "sobre o que funciona ou não no licenciamento no país, produzidos por diversas entidades, como a Fundação Getúlio Vargas, a Confederação Nacional das Indústrias e a Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente".

A isenção de licença para atividades consideradas de baixo risco, como a agropecuária, também é criticada pelo pesquisador. Segundo ele, a aferição do risco não pode considerar apenas o tipo de atividade, mas o local onde ela é planejada. "O licenciamento ambiental deve proteger o meio ambiente, mas as características ambientais foram ignoradas no projeto."

Embora a necessidade de atualização sobre a legislação de licenciamento ambiental seja consenso entre os setores produtivo e ambientalista, o conteúdo do projeto de lei prioriza o pleito de empreendedores por mais agilidade no processo de concessão das licenças.

Além das características ambientais, críticos do projeto também defendem a inclusão de consultas a comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, que podem ser afetados por empreendimentos em suas regiões. À Folha, o deputado Nilto Tatto (PT-SP) afirmou que deverá exigir a inclusão dessa condicionante, justificada pela obediência à Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) da qual o Brasil é signatário.

No entanto, a resposta de ambientalistas para o desafio de agilidade do licenciamento estaria no Executivo, com o reforço na estrutura dos órgãos fiscalizadores para atender às demandas com mais eficiência.

"Há uma visão ideológica de que é preciso desregular a atividade econômica, porque o governo atrapalha; quando na verdade o governo precisa se preparar melhor", diz Nilvo Silva.

O licenciamento ambiental está entre as prioridades do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). Ele tem afirmado a interlocutores que gostaria de aprovar o projeto antes do recesso. Para isso, criou no início de junho um grupo de trabalho (GT) e nomeou o deputado Kim Kataguirí (DEM-SP) para a coordenação. Maia havia chegado a aprovar uma comissão especial para o projeto, mas a trocou pelo GT para agilizar o trabalho.

Segundo Tatto, que participa do grupo, a escolha pelo GT em vez de comissão "é um retrocesso, porque a comissão permitiria mais tempo de debate e exigiria a votação do relatório antes de um encaminhamento ao plenário".

Embora Kataguirí não precise que os deputados aprovelem sua relatoria, ele se comprometeu verbalmente a compartilhar seu relatório antes de levar o projeto a plenário.

Segundo a assessoria de Kim Kataguiri, ele teria compreendido a necessidade de consenso para que a tramitação avance e que a relatoria tentará evitar absurdos dos dois lados, buscando pontos mínimos de consenso nas audiências públicas.

O deputado afirmou à Folha na noite desta quinta (13) que o relatório inteiro pode mudar durante as audiências públicas e que somente após isso ele terá uma posição. "Por enquanto, estou mais ouvindo do que falando."

O GT coordenado por Kataguiri tem nove membros da base do governo e dois da minoria, os ambientalistas Nilto Tatto (PT) e Rodrigo Agostinho (PSB).

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/06/proposta-de-kim-preve-isentar-agropecuaria-de-licenciamento.shtml>

[Voltar ao Sumário](#)

Petrobrás tem oferta de US\$ 1 bi por áreas e recebe R\$ 33 bi da TAG

- Economia - Estadão

Luciana Collet e Denise Luna, O Estado de S.Paulo

14 de junho de 2019 | 04h00

RIO - A Petrobrás recebeu propostas para os polos de produção de petróleo de Pampo e Enchova, na bacia de Campos. As ofertas superam US\$ 1 bilhão, segundo informou a estatal. A candidata principal seria a Trident Energy, com sede em Londres, segundo fonte do setor. Procurada, a empresa não respondeu a pedido de entrevista. Já a Ouro Preto preferiu não comentar.

Na quinta-feira, 13, a petroleira também informou que a venda de 90% de sua subsidiária Transportadora Associada de Gás (TAG) para a franco belga Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) foi concluída, com o pagamento de R\$ 33,5 bilhões. Do valor total da transação, aproximadamente R\$ 2 bilhões foram à liquidação da dívida da TAG com o BNDES.

Já a Engie informou que o engenheiro Gustavo Labanca será o novo presidente da TAG. Ele atuava como diretor de desenvolvimento de negócios da Engie Brasil e foi um dos líderes do processo de aquisição da TAG.

A Engie destacou que a transação é um passo importante na abertura em curso do segmento de gás natural no País e marca a entrada da companhia nesse mercado no Brasil. "A aquisição possibilita rápido crescimento no País com novas fontes de receitas em uma nova linha de negócios, garantindo a sustentabilidade do grupo no longo prazo", disse Maurício Bähr, presidente da Engie Brasil.

A compra da TAG está em linha com a meta da Engie de obter receitas de ativos de setores regulados – como o de gasodutos – e com contratos de longo prazo. De acordo com Bähr, é importante manter contratos nessa fase de transição para um novo mercado de gás, que tem tudo para se expandir.

<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,petrobras-tem-oferta-de-us-1-bi-por-areas-e-recebe-r-33-bi-da-tag,70002871275>

[Voltar ao Sumário](#)

Coluna Broadcast: Concessão das marginais Pinheiros e Tietê recebe plano até teleférico

Por Bárbara Nascimento

Uma proposta ousada levou o governo do Estado de São Paulo a descartar um dos interessados em participar dos estudos de viabilidade para a concessão das marginais do Pinheiros e do Tietê, na capital paulista. A ideia era sofisticada: um teleférico para aliviar o trânsito no trecho inicial da rodovia Raposo Tavares, na região do Butantã. A recusa foi feita, no entanto, com elegância. O Palácio dos Bandeirantes argumentou que o plano não atendia ao objetivo principal da concessão, por "razões técnicas".

<https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/concessao-das-marginais-pinheiros-e-tiete-recebe-plano-ate-teleferico/>

]

Neoenergia começa roadshow no exterior

Por Luciana Collet e Fernanda Guimarães

A Neoenergia iniciou a apresentação aos investidores, o roadshow, em Nova York, e depois vai rumo a Londres, para a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). A companhia tem encontrado receptividade em relação à história da companhia.

Dúvidas. Investidores têm pedido mais informações sobre o fato de a oferta de R\$ 4,7 bilhões não representar entrada de recursos ao caixa da empresa. A operação é voltada principalmente à venda das ações detidas atualmente pelo Banco do Brasil, mas também papéis da Previ e Iberdrola. Procurada, Neoenergia não comentou.

<https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/neoenergia-comeca-roadshow-no-exterior/>

[Voltar ao Sumário](#)

Estatais estrangeiras avançam no Brasil

Por Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

O desenho do setor de infraestrutura no Brasil tem ganhado novo contorno, com a maior presença de estatais estrangeiras em concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e obras. Em cinco anos, mais de R\$ 120 bilhões foram gastos por essas companhias em aquisições, fusões ou pagamento de outorgas.

Boa parte dos investimentos é liderada por estatais chinesas, mas empresas cujos acionistas relevantes são os governos da Espanha, França, Itália, Alemanha e Colômbia também reforçam seu posicionamento no mercado brasileiro.

Os investimentos estão sendo feitos, principalmente, em energia elétrica e óleo e gás, mas o setor de transporte, com destaque para aeroportos e ferrovias, também atrai o interesse dessas estatais. Na área de distribuição de energia, cerca de um terço do mercado está nas mãos delas. Nos aeroportos, três dos dez maiores terminais (Confins, Recife e Porto Alegre) têm participação acionária desse grupo de companhias. Em ferrovias, estatais chinesas e russas estudam investimentos em segmento em que os atuais operadores são empresas privadas nacionais (Rumo, MRS, Vale).

Esse movimento deverá se intensificar nos próximos meses, diante de negócios que poderão movimentar mais de R\$ 100 bilhões, sendo uma fatia provavelmente adquirida por estatais estrangeiras, que deverão aumentar sua presença no mercado brasileiro.

<https://www.valor.com.br/cultura/6306289/estatais-estrangeiras-avancam-no-brasil>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Estatais estrangeiras gastam R\$ 120 bi no setor de infraestrutura do Brasil, e movimento vai crescer**

Por Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

O desenho do setor de infraestrutura no Brasil tem ganhado novo contorno, com a maior presença de estatais estrangeiras em concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e obras. Em cinco anos, mais de R\$ 120 bilhões foram gastos por companhias internacionais em aquisições, fusões ou pagamento de outorgas. Esse movimento vai crescer. Boa parte dos investimentos é liderada por estatais chinesas, mas elas estão longe de ser as únicas nesse processo. Companhias cujos acionistas relevantes são os governos da Espanha, França, Itália, Alemanha e Colômbia reforçam seu posicionamento no mercado brasileiro de infraestrutura, o maior da América Latina.

Os investimentos são vistos, principalmente, em energia elétrica, óleo e gás, mas o setor de transporte, com destaque para aeroportos e ferrovias, também atrai o interesse dessas estatais. Na área de distribuição de energia, cerca de um terço do mercado está nas mãos delas. Em geração de energia, detêm pouco mais de 20 mil MW (cerca de 1,5 vez a capacidade da hidrelétrica de Itaipu, uma das três maiores do mundo). Nos aeroportos, três dos dez maiores terminais (Confins, Recife e Porto Alegre) têm participação acionária desse grupo de companhias. Em ferrovias, estatais chinesas e russas estudam investimentos em segmento em que os atuais operadores são empresas privadas nacionais (Rumo, MRS, Vale).

O resultado é reflexo de seis fatores: 1) crise fiscal; 2) desdobramentos da Operação Lava-Jato, que reduziu o poder de fogo de grandes grupos nacionais e eliminou a barreira de ingresso de empresas internacionais no Brasil; 3) escassez de negócios em países cujo mercado de obras está maduro; 4) taxa de retorno de empreendimentos no Brasil em um momento de

liquidez internacional; 5) declínio de estatais brasileiras, que endividadas têm vendido ativos e reduzido presença na economia com 200 milhões de consumidores; 6) transição para uma economia de baixo carbono, que destaca o Brasil, líder em agricultura e energia renovável.

Para o ex-ministro da Fazenda e atual diretor da Faap Rubens Ricupero, diferentemente do Brasil, que nunca implementou um modelo de internacionalização de suas empresas, alguns países, com destaque para a China, adotaram uma estratégia de longo prazo de fazer empresas ganharem mercados externos para fomentar a competitividade delas, facilitando acesso a financiamentos e garantias.

Na década de 70, o setor público e as estatais investiam 5% do PIB no Brasil. Hoje esse percentual caiu drasticamente. "O mercado de infraestrutura passou por grandes transformações, com estatais endividadas, grupos privados com dificuldades e a política de financiamento do BNDES com subsídios para projetos com taxas de retorno abaixo do previsto colocada em xeque. Esse vácuo vem sendo preenchido com diversos atores, entre eles estatais estrangeiras em segmentos estratégicos", afirma Ricupero.

Esse movimento deverá se intensificar nos próximos meses, diante de negócios que poderão movimentar mais de R\$ 100 bilhões, sendo uma fatia provavelmente adquirida por essas estatais estrangeiras, que deverão reforçar sua presença no mercado brasileiro. Em óleo e gás, a Petrobras deverá se desfazer de mais ativos em gás natural e deverá vender 50% de participação em refinarias e sua fatia majoritária na BR Distribuidora. Em energia elétrica, o governo estuda privatizar a Eletrobras.

Em transportes, deverão ser transferidos à iniciativa privada novas linhas férreas, com investimentos de mais de R\$ 30 bilhões, terminais portuários e aeroportos, como Congonhas e Santos Dumont, e a participação da

Data: 14/06/2019

estatal Infraero em terminais como Galeão, Guarulhos e Viracopos.

Um dos maiores grupos de construção no mundo, a chinesa CCCC tem investido na diversificação de seus mercados além da Ásia. Um passo foi a aquisição de uma empresa na Austrália para participar de obras naquele país. Há cerca de três anos, a companhia ingressou no Brasil ao comprar 80% da Concremat, se tornando o primeiro investimento chinês na área. A ideia foi usar o conhecimento da empresa no mercado brasileiro, com foco em obras tocadas por empresas privadas.

O objetivo é participar do desenho do projeto à entrega dele. A receita, que no ano passado foi de R\$ 550 milhões, deve pular para R\$ 900 milhões. As principais obras tocadas são de um terminal portuário no Maranhão, empreendimento sob responsabilidade de sua controladora, e um gasoduto que vai abastecer o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

"Com a crise fiscal, não acreditamos em obras públicas, estamos querendo olhar as obras privadas e estamos estudando projetos para atuar em concessões e PPPs. O foco é logística de carga, como porto, pontes e ferrovias, onde o conhecimento do grupo na China é um diferencial", diz Mauro Viegas, presidente da Concremat. O Brasil atraiu a CCCC pelas oportunidades de investimentos. Além do conhecimento técnico em grandes obras, os chineses aportam outro trunfo: capital. "Ferrovias e portos são projetos com receita atrelada a câmbio, e o financiamento em dólar passa a ser relevante", diz o executivo. A empresa conta com bancos chineses como parceiros que podem oferecer linhas de capital.

Responsável por cerca de 12% da receita do grupo, o Brasil é o maior mercado da CTG fora da China. Os 200 milhões de consumidores e a matriz de energia, calcada em hidrelétricas e renováveis como eólica e solar, atraíram o

interesse. Desde 2013, foram investidos R\$ 23 bilhões no Brasil, principalmente em aquisições, com o grupo possuindo hoje pouco mais de 8 GW de capacidade, atrás da francesa Engie, com cerca de 10 GW, cujo maior acionista é o governo da França, com 25% de participação. No radar, estão hidrelétricas e, em um segundo momento, usinas eólicas e solares. A eventual privatização da Eletrobras será acompanhada.

O presidente da CTG Brasil, Li Yinsheng, diz que o Brasil tem grande base de consumidores e um consumo per capita ainda baixo. Apesar de a companhia ser controlada pelo governo chinês, ele afirma que "somos uma empresa, fazemos negócios e temos independência para tocar os projetos". A abertura de capital das operações no Brasil pode ser estudada no médio prazo, assim como a atração de um investidor estratégico. "São opções que podemos analisar, mas não no curto prazo."

A gigante chinesa State Grid avançou além da área de transmissão, em que já é uma das líderes, adquirindo o controle da CPFL Energia por R\$ 40 bilhões. Agora a chinesa prepara a reabertura de capital da distribuidora, que está em período de silêncio por causa da operação. Com 5% de suas ações no mercado, especula-se que a empresa poderia vender 10% a 12% de ações. O avanço chinês poderá ser maior. Décimo maior produtor de petróleo do mundo, o Brasil deverá subir no ranking em dez anos e poderá chegar à quinta posição.

A camada do pré-sal, descoberta em 2006, já responde por mais de metade da produção e poderá fazer o país elevar sua produção de 2,6 milhões de barris por dia para mais de 6 milhões de barris por dia em 2030 e se tornar relevante exportador da commodity. O plano de desinvestimento da Petrobras atrai as empresas chinesas, diz Larissa Wachholz, sócia da Vallya, que assessora investimentos desses grupos no Brasil. A estatal brasileira deverá se desfazer de participação majoritária na BR Distribuidora,

Data: 14/06/2019

deverá continuar vendendo ativos em óleo e gás e vender 50% da sua capacidade de refino.

Em audiência na Câmara nesta semana, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que o processo de desinvestimento da empresa, iniciado em 2015, não é um desmonte. "Há simplesmente uma gestão de portfólio." Ele disse que a empresa pretende investir US\$ 105 bilhões, acima dos US\$ 85 bilhões até 2023 previstos anteriormente, e levantar entre US\$ 30 bilhões e US\$ 35 bilhões com o programa de desinvestimentos nos próximos cinco anos.

"A cadeia de energia interessa às empresas chinesas, além de outras asiáticas, como a coreana Kogas. As reservas de petróleo e as vantagens competitivas em energias renováveis e a desverticalização da cadeia de óleo e gás tornam o Brasil estratégico para esses grupos que olham a América Latina", diz Larissa.

Maior geradora privada do país, a Engie pagou US\$ 8,6 bilhões pela malha de gasodutos da Petrobras no Nordeste, de olho nas oportunidades que se abrem com as térmicas ganhando espaço com o avanço de hidrelétricas a fio d'água e fontes intermitentes e a abertura do mercado.

Hoje 85% do gás está voltado para as indústrias e térmicas. Armazenamento de gás é um dos produtos que podem ser criados no médio prazo. O mercado livre de gás pode ganhar espaço. "O desafio é criar uma regulação que contemple cada elo da cadeia. Pode-se pensar que em 2025 consumidores industriais acima de um determinado consumo tenham liberdade para escolher o fornecedor, o que ocorre com o setor elétrico", diz Emmanuel Delfosse, diretor de gás da Engie, atenta a novas oportunidades em gás, como distribuidoras ou térmicas.

Em distribuição, a estatal italiana Enel é líder, depois de ter desembolsado R\$ 5,5 bilhões para adquirir o controle da Eletropaulo, a maior do

país, com pouco mais de 6,5 milhões de clientes e com cerca de 10% do consumo de energia do Brasil. Com pouco mais de 25 milhões de clientes em operações no mundo, o Brasil é o segundo maior mercado de distribuição da empresa e responde por cerca de 15% do investimento do grupo. "A modernização e a digitalização das redes é o pilar principal dos investimentos em nossas áreas de concessão. Com o avanço de questões regulatórias no Brasil, o próximo passo nesse processo de digitalização é a instalação em grande escala de medidores inteligentes. Temos um programa que prevê a instalação deles até 2021 em São Paulo. O programa está sujeito à evolução da regulamentação e da certificação exigida pelo Inmetro", afirma Nicola Cotugno, presidente da Enel no Brasil.

Para Luiz Barroso, presidente da PSR, principal consultoria de energia, o movimento não é novo. No fim da década de 90, a francesa EDF comprou a Light no Rio; Endesa (agora Enel) comprou a Cerj e Coelce. Em transmissão, a ISA da Colômbia comprou a Cteep de São Paulo. "Estas empresas investiram pela possibilidade de diversificar suas operações e de melhorar a gestão operacional e comercial das empresas locais, o que permitiria taxas de retorno atraentes. Essa lógica se mantém nos dias de hoje." Barroso analisa que a presença delas pode aumentar com as privatizações. "Isso não causa preocupação desde que tenhamos um ambiente regulatório com regras claras e reguladores independentes, preparados e com recursos para atuar garantindo a competição e um ambiente de negócios isonômico para todos", afirma.

Já o ex-presidente da Alstom e do conselho de administração da Eletrobras José Luiz Alquéres tem ressalvas. "Existe uma grande liquidez no mundo, e essas grandes estatais estrangeiras têm acesso a capital muito mais barato do que as empresas brasileiras. Muitas delas estão em países com taxas de juros negativos. Assim investir num setor regulado no Brasil onde podem ganhar em termos reais 6% a 10% ao ano é um grande negócio. Para elas, o risco é

Data: 14/06/2019

pequeno e a modernização que trazem nem sempre é expressiva. Já até se brinca dizendo que o que chamam de 'best practices' nos seus países de origem já se considera 'past practices'", diz.

Para ele, a futura privatização da Eletrobras, que responde por 50% da geração do país, traz preocupações. "Deveria haver tetos para essa participação estrangeira e jamais permitir que atinjam condições semimonopolísticas como seria o caso de uma venda do controle da holding Eletrobras. Uma saudável competição pode trazer melhorias senão no avanço tecnológico, pelo menos no tocante à questão da responsabilidade social", diz Alquéres. Ruídos também têm ocorrido. No leilão pelo controle da Eletropaulo com a Enel, a Neoenergia fez críticas. Em 2018, Mario Ruiz-Tagle, presidente da Neoenergia, controlada pela espanhola Endesa e pelo Banco do Brasil, que perdeu a disputa, reclamou da competição. "Meus competidores correm com doping. Estados não têm o mesmo racional econômico que companhias privadas", ressaltou em entrevista ao Valor em 2018.

Esse movimento de avanço das estatais estrangeiras está presente também nos Estados. Diante da crise fiscal e queda de investimentos públicos, a ordem é atrair capital privado. "Não estamos em situação de dispensar poupança externa, muitas dessas estatais têm capital aberto ou sistemas de governança que são modelo em seus países de origem e podem aportar capital e conhecimento em projetos que são essenciais", afirma o governador da Bahia, Rui Costa (PT).

A Bahia tem interesse na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), projeto da União, que pode movimentar mais de R\$ 10 bilhões para escoar a produção de minério e grãos. O governo baiano tem articulado reuniões entre investidores do Casaquistão, que estão com uma mina ao redor do traçado da ferrovia, e de empresas chinesas, como a CCCC.

O governo federal não está preocupado com esse avanço. Para Diogo Mac Cord de Faria, secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura do Ministério da Economia, o cerne dos contratos de concessão e PPPs no Brasil é na modelagem BOT (sigla em inglês de "Build, Operating and Transfer"), ou seja, o operador constrói, opera e transfere. "Não são contratos eternos, mas finitos, sendo a maioria de 25 ou 30 anos, e eles contêm cláusulas que permitem cancelamentos ou rediscussões se houver alguma ocorrência", diz. Para ele, essas estatais são grupos internacionalizados que observam as oportunidades no Brasil e trazem novas tecnologias e capital em um momento em que o país precisa de poupança para fomentar a infraestrutura. "São grandes grupos que trazem conhecimento e tecnologias diferentes, o Brasil precisa de capital privado para resolver suas ineficiências e os gargalos da infraestrutura, que hoje reduzem a eficiência da economia brasileira", ressalta.

Se no Brasil esse avanço não tem trazido grandes discussões públicas, no exterior essa movimentação tem sido vista com cautela e tem fomentado o envolvimento até do Congresso de alguns países, diz Claudio Castelo Branco Puty, professor da Universidade Federal do Pará e professor visitante do Brics Center da Universidade de Economia e Negócios Internacionais de Pequim. Estudioso do investimento das empresas chinesas no Brasil, ele esteve na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento em 2015, quando foi um dos formuladores do fundo de investimento entre Brasil e China em obras de infraestrutura.

"Na Alemanha e na França, quando se discute a privatização de empresas, se debate se as empresas chinesas poderão participar delas em setores estratégicos", afirma. Há dois anos, quando o governo francês debatia vender fatia na Engie, se chegou a anunciar que grupos ingleses, americanos e chineses teriam restrições para adquirir capital da empresa de energia. "Nos

Data: 14/06/2019

EUA, há comissão do Congresso para avaliar se a Huawei é uma estatal e se o Exército chinês tem algum envolvimento nela", afirma. A gigante chinesa tem brigado com o governo americano para poder participar de negócios com empresas dos EUA. Em recente entrevista ao Valor, o vice-presidente, Hamilton Mourão, disse que o governo brasileiro não deve criar obstáculos para a vinda da empresa chinesa ao país.

O avanço das estatais chinesas não é fenômeno brasileiro. Relatório da Comissão Europeia de março aponta que o investimento chinês na União Europeia era incipiente até 2008, mas depois começou a ganhar velocidade e densidade. Em 2009, atingiu US\$ 2,5 bilhões. Em 2017, foram US\$ 33 bilhões. Desde 2000, mais de 60% dos investimentos têm sido feitos por estatais chinesas, com destaque para área de logística e concessões públicas. A Comissão abriu investigação sobre a aquisição da Pirelli pela chinesa CNRC para avaliar se o investimento continha subsídios do governo. "As estatais estrangeiras têm movimentado o xadrez para conquistar espaço, e a China tem ganho espaço", diz Puty.

A redução da participação das grandes construtoras brasileiras no mercado nacional e o ingresso de novos "players", pelo processo de desinvestimento da Petrobras e outras oportunidades, terão impacto sobre o mercado de bens de capital e engenharia da América Latina e África, onde o Brasil detém relevante presença. A troca de cadeiras e a perda de poder das grandes construtoras podem gerar impactos além do Brasil. Segundo estudo da LCA Consultores, o Brasil é vice-líder na exportação de serviços de engenharia, com 18% de participação, atrás apenas da Espanha, com 30%, entre os países com atuação na América Latina.

O reforço da presença dessas estatais estrangeiras deverá reforçar a relevância da regulação e da atuação das agências reguladoras, aponta Sergio Lazzarini, professor

do Insper e estudioso das estatais. "O Brasil não tem poupança privada ou pública para investir, essas estatais ganham espaço e isso não é ruim. A questão é regulação e concorrência", diz. Há duas semanas, o projeto de lei 52/2013 que trata de aperfeiçoamento regulatório das agências reguladoras foi aprovado no Senado, e as mudanças estão em análise para sanção na Câmara. O texto final rejeitou a permissão que havia sido aberta pelos deputados para indicações políticas em empresas estatais.

O projeto contém medidas para garantir autonomia e transparência para as agências reguladoras, bem como estabelecer meios para evitar a interferência da iniciativa privada no setor regulado. "A independência e reforço das agências reguladoras são pontos nevrálgicos da abertura do setor de infraestrutura", diz Joelson Sampaio, coordenador do curso de economia da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Negociar com empresas estatais pode ter algumas especificidades. Nos últimos meses, o advogado Cesar Amendolara, sócio do Velloza Advogados, esteve duas vezes na China em visita a potenciais clientes para mostrar os projetos de concessões que poderão ser licitados nos próximos anos no Brasil. O interesse chinês é crescente. "Em algumas transações, a autorização para que o investimento seja feito e saia da China passa por uma autorização do governo."

O economista Kalman Kalotay, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), estima que existam cerca de 1,5 mil estatais que investem fora de seus países, sendo que o universo de empresas com controle do Estado estaria perto de 20 mil no mundo. Cerca de 18% dessas multinacionais com presença de governo em sua estrutura acionária são chinesas, o que demonstra o ingresso do país asiático na economia mundial. A Malásia teria 5,4% delas, depois viriam Suécia (3,3%), França (3,1%) e Itália (3%).

"Essas estatais multinacionais respondem por 1,5% do número de multinacionais no mundo, mas representam 15% das cem maiores empresas não financeiras no mundo e 41% das maiores não financeiras em economias de desenvolvimento", diz o economista. Dessas 1,5 mil estatais multinacionais, 34% delas são integralmente propriedade de governos, sendo que 29% têm participação majoritária de Estados em sua estrutura acionária.

Em estudo divulgado neste ano, Kalotay aponta que esse avanço de investimentos estrangeiros de estatais traz desafios. Para essas empresas, haverá uma pressão crescente para que sejam mais transparentes com seus investimentos e suas práticas, assim como terão de adotar cada vez mais padrões socioambientais ainda mais rígidos. As empresas também precisarão provar-se competitivas e assegurar sua sobrevivência sem ter acesso a subsídios.

"Não se pode dizer que essas estatais são um obstáculo para a economia de mercado contemporânea, bem que elas são campeãs de desenvolvimento. Mas o impacto real delas só poderá ser determinado com base em dados, e eles precisarão ser obtidos por meio de detalhadas investigação e análise."

<https://www.valor.com.br/cultura/6305561/estatais-estrangeiras-gastam-r-120-bi-no-setor-de-infraestrutura-do-brasil-e-movimento-vai-crescer>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Agricultura familiar e sustentabilidade**

Por José Graziano da Silva

Entre 27 e 29 de maio último, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) organizaram uma Conferência na sede da FAO, em Roma, para inaugurar a Década das Nações Unidas para Agricultura Familiar 2019-2028.

A Década, aprovada em dezembro de 2017 pela Assembleia-Geral da ONU, abre uma extraordinária janela de oportunidades, em meio ao processo de reconhecimento global da importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento sustentável, no contexto da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A grande maioria (cerca de 70%) das pessoas que sofrem de fome no mundo vive em áreas rurais pobres de países em desenvolvimento, especialmente na África Subsaariana e no Sudeste Asiático. Muitos deles são agricultores familiares de subsistência, o que inclui camponeses, pastores, pescadores de pequena escala, silvicultores, extrativistas, entre outros. Ao mesmo tempo, a agricultura familiar (espalhada por todo o planeta com uma rede de 500 milhões de propriedades) é responsável por cerca de 50% a 80% do comércio in natura de alimentos.

Esse é o nosso paradoxo: um setor que está em risco de fome é também crucial para a segurança alimentar global. É importante frisar também que a agricultura familiar produz alimentos saudáveis e nutritivos, como frutas, ovos e legumes, cujo consumo é fundamental para combater os níveis crescentes de obesidade e desnutrição em todo o mundo.

As atividades da Década para Agricultura Familiar são conduzidas a partir de decisões tomadas pelo Comitê Diretor da Década, que é formado por três organizações globais de agricultores familiares (La Via Campesina, Fórum Rural Mundial e Organização Mundial dos Agricultores), cinco organizações regionais (Coprofam, Roppa, AFA, Pion e ECVC) e 24 países, dos quais 19 já foram indicados por seus grupos regionais (Irã, Kuwait, Costa Rica, República Dominicana, Uruguai, Chile, Canadá, Estados Unidos, Nova

Zelândia, Angola, Burkina Faso, Indonésia, Filipinas, Índia, Bangladesh, Hungria, Suíça, Itália e França).

Foi a partir de decisões e orientações do Comitê Diretor que chegou-se à aprovação do Plano de Ação Global da Década, também lançado durante a Conferência no fim de maio. O Plano de Ação foi elaborado a partir de um longo processo de consulta pública em sete idiomas, realizado por meio da Plataforma da FAO de Conhecimento da Agricultura Familiar.

Conflitos e impactos das mudanças climáticas são hoje as principais causas da fome no mundo. No entanto, a fome também tem aumentado onde a economia desacelerou ou contraiu, em particular em países de renda média na América Latina, África e Ásia.

O principal objetivo da Década é promover a elaboração e implementação de marcos normativos e políticas públicas específicas para a agricultura familiar. A esse respeito, espera-se que os próprios países elaborem Planos Nacionais. Dessa forma, a FAO e o FIDA (agências da ONU implementadoras da Década) poderão ter melhor conhecimento das demandas e da situação de cada país. Por exemplo, os conflitos e os impactos das mudanças climáticas são hoje as principais causas da fome no mundo. No entanto, a fome também tem aumentado onde a economia desacelerou ou contraiu, particularmente em países de renda média na América Latina, África e Ásia.

Para enfrentar essa situação, a implementação e o fortalecimento dos programas de proteção social são muito importantes. É imperativo atuar em três frentes: 1- construir a resiliência das comunidades rurais em áreas de conflito; 2- promover a adaptação dos agricultores familiares aos impactos das mudanças do clima; e 3- mitigar os impactos da desaceleração econômica por meio de redes de segurança social e políticas públicas, como os programas de alimentação escolar baseados em compras locais de alimentos da agricultura familiar.

Nos últimos anos, o Brasil obteve atenção mundial com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar. Um dos pilares do programa foi justamente um marco legal: uma lei nacional exigindo que pelo menos

Data: 14/06/2019

30% do orçamento para a alimentação escolar fosse utilizado para comprar produtos da agricultura familiar.

Tal medida oferece um ganho triplo. Em primeiro lugar, garante a boa qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos em instituições públicas, além de incentivar o consumo de alimentos frescos e saudáveis. Em segundo lugar, abre mercado e proporciona de aumento de renda para os agricultores familiares. Por fim, promove o desenvolvimento da economia local. O sucesso do PAA no Brasil despertou interesse em outros países. Abordagem muito semelhante foi implementada em pelo menos cinco países africanos (Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal).

Outro atributo fundamental da agricultura familiar é a produção de alimentos saudáveis por meio de práticas que preservam o meio ambiente e a biodiversidade. De fato, a agricultura familiar apresenta-se como opção mais receptiva ao novo padrão produtivo requisitado por um ambiente que não tolera mais desmatamento, o uso intensivo de água, o esgotamento do solo e as emissões elevadas de gases de efeito estufa. Por exemplo: 40% da humanidade já vive sob regime de estresse hídrico, proporção que poderá aumentar para dois terços até 2050, em meio a uma espiral de eventos climáticos extremos.

O horizonte do desenvolvimento agrícola será empurrado cada vez mais pelo imperativo de associar o ganho de produtividade ao requisito da sustentabilidade e, de forma urgente, à contrapartida de políticas públicas que universalizem o acesso a uma dieta saudável, o que só será possível se vier combinado a ganhos de resiliência agrícola e de reordenação econômica e social diante da crise climática.

Não há bala de prata que remeta automaticamente a esse equilíbrio em movimento. Ao condensar boa parte das contradições desse novo período, no entanto, a agricultura familiar credencia-se como um protagonista pertinente do jogo, desde que ancorada por um amplo "aggiornamento" de políticas agrícolas locais e da ação cooperativa internacional.

José Graziano da Silva é diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

<https://www.valor.com.br/opiniao/6306135/agricultura-familiar-e-sustentabilidade>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Engie quer assumir papel relevante no gás natural**

Por André Ramalho e Francisco Goes | Do Rio

Ao concluir ontem a compra da Transportadora Associada de Gás (TAG), a Engie estreia no mercado brasileiro de gás natural, com o objetivo de se tornar um dos agentes mais relevantes do setor, disse o presidente da companhia no Brasil, Maurício Bähr. Com o fechamento da operação, a Petrobras transferiu 90% de suas ações na TAG para a Aliança - empresa constituída pela Engie e o fundo canadense de pensão Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), que depositaram R\$ 31,5 bilhões na conta da estatal.

Segundo Bähr, a compra da TAG permite à Engie se posicionar no mercado brasileiro de gás, num momento em que o setor passa por um "ciclo de desenvolvimento" semelhante ao vivido no mercado de energia elétrica nos anos 1990.

"Queremos ser um 'player' importante e que está junto no mercado para que as coisas aconteçam. Queremos ter papel relevante, dinâmico e que fomenta essa abertura", afirmou.

Bähr destacou que o interesse da Engie não se limita ao segmento de transporte e que a empresa também mira outros negócios dentro do mercado de gás. "Vamos trabalhar em outras oportunidades, como a distribuição, a estocagem e o biogás", disse.

Além do valor pago diretamente pela Aliança à Petrobras, mais R\$ 2 bilhões foram destinados à liquidação de uma dívida da TAG com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O negócio foi estruturado com 30% de capital próprio e 70% de financiamento junto a um pool de dez bancos (Bradesco, Itaú e Banco do Brasil, Credit Agricole, BNP Paribas, ING, Mitsubishi, Mitsui, Société Générale e Sumitomo). Para o executivo, o apoio dessas instituições é um sinal "muito positivo" para o país.

"Esses bancos não só emprestaram dinheiro, mas em modalidade de financiamento que não tem garantias adicionais além do próprio projeto. É um marco de um acordo grande e que sustenta por si próprio. O Brasil goza dessa credibilidade nesse momento, de aceitar que esse dinheiro seja colocado em um negócio sem as garantias usuais, como garantias corporativas dos sócios. É um project finance que demonstra o interesse

dos bancos de entrar investindo a longo prazo e nesses volumes", disse.

O fechamento da operação estava previsto inicialmente para 31 de maio, mas foi adiado por força de uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin. A cautelar, no entanto, foi derrubada na semana passada, após a Corte decidir que subsidiárias de estatais podem ser vendidas sem aval do Poder Legislativo ou necessidade de licitação.

"Culminou com um aval do STF, que foi algo muito positivo. Dá robustez e segurança necessária que transação passou por 1,5 ano de negociação, com crivo do TCU [Tribunal de Contas da União], e que foi coroada com aprovação do Supremo mostrando que está tudo dentro da normalidade", disse Bähr.

A TAG passa a ser comandada a partir de hoje pelo engenheiro Gustavo Labanca, então diretor de desenvolvimento de negócios da Engie Brasil. De olho em novas oportunidades de negócios no Brasil, Bähr conta que já a partir de hoje a empresa passará a se concentrar na defesa de uma mudança da regulação que veda a participação de empresas de serviços públicos de energia elétrica no segmento de distribuição de gás. "Isso não faz sentido", afirma.

Questionado se a Engie tem interesse de participar de eventuais privatizações de distribuidoras estaduais de gás canalizado, Bähr disse que o negócio atrai o interesse porque permitiria à companhia "ter uma conexão direta com os clientes". Ele afirmou ainda que também acompanha de perto os desdobramentos da discussão sobre a abertura do mercado de gás.

O executivo destacou a importância de se manter o respeito aos contratos e que vê como positiva a proposta do governo de abrir a capacidade ociosa dos gasodutos existentes. "Seria uma oportunidade de diversificação [de clientes para seus gasodutos]", disse.

A TAG será operada agora pela Engie (58,5%), CDPQ (31,5%) e Petrobras (10%). Os sócios asseguraram direito de preferência caso a estatal coloque à venda sua fatia remanescente.

<https://www.valor.com.br/empresas/6306217/engie-quer-assumir-papel-relevante-no-gas-natural>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Ao menos quatro petroleiras monitoram leilão do pré-sal**

Por André Ramalho | Do Rio

Ao menos quatro petroleiras estrangeiras estão monitorando de perto os desdobramentos do leilão dos excedentes da cessão onerosa. As multinacionais BP, Shell, Total e Petrogal manifestaram oficialmente algumas preocupações com a forma como se dará o pagamento da compensação financeira à Petrobras e enviaram recentemente, ao Ministério de Minas e Energia (MME), algumas contribuições para aperfeiçoar as regras da licitação. Ontem, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) publicou o pré-edital e a minuta do contrato da licitação. Inicialmente previsto para 28 de outubro, o leilão foi remarcado para 6 de novembro.

Os excedentes são os volumes descobertos de petróleo que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito a produzir no pré-sal, como parte da cessão onerosa - contrato assinado em 2010, dentro da operação que culminou no aumento da fatia da União no capital da estatal.

Pelo menos uma das sugestões das petroleiras já foi acatada pelo governo. Pouco antes da divulgação do pré-edital da licitação, ontem, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou alguns ajustes nas diretrizes sobre o cálculo da compensação financeira que será paga à Petrobras. Pelas regras da rodada, as vencedoras da licitação assinarão um acordo de coparticipação com a petroleira brasileira nos campos de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia, na Bacia de Santos, e pagarão uma compensação à estatal pelos investimentos já feitos nas áreas.

Com a mudança na redação da resolução, o CNPE deixou claro que os valores que serão pagos à Petrobras serão recuperáveis como custo em óleo. Ou seja, na prática esses valores serão abatidos da parcela de óleo que será partilhada com a União, no contrato de partilha. O conselho fez ainda outra mudança nas regras: o marco

para cálculo da compensação à Petrobras deixou de ser a assinatura dos contratos de partilha dos excedentes e passou a ser o acordo de coparticipação que será assinado entre as empresas.

Durante o período da consulta pública das regras da compensação, a BP disse que o leilão oferece "uma oportunidade única para a atração de novos e vultosos investimentos no setor de petróleo e gás do Brasil", mas que as regras apresentadas até então ofereciam "elevado grau de incerteza aos investidores". As petroleiras têm, agora, até 3 de julho para apresentar suas contribuições sobre o pré-edital e a minuta do contrato.

A BP questiona, por exemplo, as regras atuais que obrigam as empresas a arcarem com os tributos devidos pela Petrobras em decorrência do pagamento da compensação. Segundo a empresa, a proposta consiste num "risco de grande magnitude e que pode afastar investimentos".

Já a Petrogal sugere que os bônus de assinatura pagos pelas empresas no leilão possam ser devolvidos, em caso de recusa de assinatura do acordo de coparticipação por alguma das partes. A Shell também manifesta preocupação com as negociações sobre a compensação e sugere um processo de peritagem para a hipótese de as partes não chegarem a um acordo sobre os valores.

O leilão dos excedentes envolve volumes vultuosos de investimentos. As quatro áreas que serão oferecidas - Búzios, itapu, Sépia e Atapu - somam R\$ 106 bilhões em bônus de assinatura. O pagamento deverá ser feito pelas vencedoras até 27 de dezembro. A assinatura dos contratos está marcada para até 31 de março.

<https://www.valor.com.br/empresas/6306219/ao-menos-quatro-petroleiras-monitoram-leilao-do-pre-sal>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019

União perde disputa sobre custo de energia

Por Camila Maia | De São Paulo

A primeira grande onda de judicialização do setor elétrico decorrente da intervenção do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2013, terminou com a derrota definitiva da União. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou o último recurso da União na principal ação que questionava o rateio de custos do despacho de termelétricas mais caras com geradores e consumidores.

A ação em questão tinha como autora a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), e era contrária à resolução 03 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A polêmica regra, que foi objeto de questionamento de dezenas de outras ações na Justiça, alterava o critério de rateio dos custos das termelétricas acionadas fora da ordem de mérito. O pagamento desse custo, antes arcado pelos consumidores, passou a ser feito também por comercializadores e geradores.

Segundo Guilherme Coelho, do escritório Sergio Bermudes Advogados e representante da Apine na ação, essa foi a primeira grande onda de judicialização causada pela intervenção do governo que visava reduzir as tarifas de energia depois da publicação da Medida Provisória (MP) 579, em 11 de setembro de 2012. As consequências da MP, convertida na Lei 12.783/13, foram objeto de intensa briga judicial. O objetivo de redução de preços de energia não foi alcançado. Uma seca prolongada e desequilíbrios no mercado creditados à MP acabaram resultando no chamado "tarifaço" de 2015, adiado para depois das eleições presidenciais de 2014.

A derrota da União é simbólica e tem caráter "pedagógico", por mostrar que governos não podem impor ao setor produtivo custos que sejam reflexo de decisões "equivocadas" na condução das políticas econômicas, segundo

Coelho. "Não é de interesse do agente ficar questionando a política setorial. Ele faz isso em último caso", disse o advogado. Segundo ele, o nível de judicialização era "baixíssimo" antes de 2012 e das mudanças nas regras que se seguiram. Desde 2016, as novas mudanças nas regras do setor passaram a ser discutidas de forma intensa com os agentes. "O governo precisa de investidores, precisa sinalizar estabilidade, então é importante que todos os agentes participem das discussões para evitar a judicialização, que é um custo para todos", disse Coelho.

A resolução do CNPE de março de 2013 acabou sendo contestada na Justiça por praticamente todos os geradores e comercializadores, que conseguiram liminares para manter o custeio do acionamento das termelétricas apenas com consumidores. Ao operacionalizar a cobrança do acionamento das termelétricas, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) rateava o custo entre os agentes sem liminar - os consumidores.

Em 2017, a Aneel aprovou a regulamentação da Lei 13.360/2016, que tornou oficial o fim da resolução de 2013 e reconheceu que o pagamento do custo extra cabe aos consumidores. A mudança, contudo, não teve efeitos pretéritos. Segundo Coelho, como o recurso da União foi negado no caso da ação da Apine, e a decisão já transitou em julgado, os associados da entidade não poderão mais ser cobrados nesse caso. No acórdão, o desembargador federal José Amílcar Machado escreveu que o ato do CNPE seria administrativo e de natureza propositiva, e não poderia impor o rateio do custo sem que a mudança fosse submetida à apreciação pelo Legislativo.

<https://www.valor.com.br/empresas/6306191/uniao-perde-disputa-sobre-custo-de-energia>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**GreenYellow vai investir em geração distribuída em São Paulo**

Por Camila Maia | De São Paulo

A GreenYellow, empresa francesa de energia controlada pelo Casino, vai investir R\$ 40 milhões na construção de duas usinas de geração solar fotovoltaica no interior de São Paulo. Os dois empreendimentos, de 5 megawatts (MW) cada, serão enquadrados como geração distribuída, na qual a energia gerada é injetada na rede e revertida em créditos na conta de luz do consumidor. Nesse caso, um único cliente vai arrendar os empreendimentos por 15 anos, contou ao Valor o presidente da companhia no Brasil, Pierre-Yves Mourgue.

As duas unidades serão instaladas nos municípios de Penápolis e Barbosa, no interior paulista, a cerca de 570 quilômetros da capital. A InvestSP, Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, assessorou a GreenYellow nos projetos ajudando na obtenção de licenças e infraestrutura. "Eles nos ajudaram a achar os terrenos, que é algo sempre delicado", disse Mourgue.

O investimento nos dois projetos de geração será feito com capital próprio da GreenYellow. Mourgue lembrou que a companhia recebeu, no fim do ano passado, um aporte de € 150 milhões com a entrada de dois sócios (a gestora francesa Tikehau Capital e o banco de fomento francês Bpifrance), aumentando a disponibilidade de recursos para serem aportados. No Brasil, a controlada do Casino pretende investir R\$ 300 milhões neste ano, praticamente o dobro dos aportes feitos desde que se instalou no país, em 2013, que somam cerca de R\$ 340 milhões.

Hoje com 10 MW em operação em projetos de geração solar distribuída, a GreenYellow está tratando da construção de outros dez empreendimentos no país, contando os dois no interior de São Paulo. "Até o fim do ano, deveremos ter de 40 MW a 50 MW em operação no país", disse Mourgue.

A GreenYellow, especializada em geração distribuída e eficiência energética, arrenda as usinas e também faz contratos de operação e manutenção dos ativos com os clientes. O pagamento pode ser feito com a economia apurada a cada mês ou em parcelas fixas, a depender da negociação do contrato. Além das usinas, a companhia administra também cerca de 900 projetos de eficiência no país.

"Os projetos das usinas da GreenYellow são classificados internamente como economia verde. Esse é apenas um exemplo do que esse setor pode trazer de investimentos para São Paulo e demonstram todo o potencial que o Estado tem para oferecer as condições necessárias para que outras iniciativas semelhantes cheguem por aqui", disse Wilson Mello Neto, presidente da InvestSP.

<https://www.valor.com.br/empresas/6306193/greenyellow-vai-investir-em-geracao-distribuida-em-sao-paulo>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019

Vale negocia dois acordos com a Justiça

Por Rita Azevedo e Francisco Góes | De São Paulo e do Rio

A curto prazo a prioridade da administração da Vale continua sendo reparar os danos causados pela tragédia de Brumadinho (MG) e chegar a acordos definitivos com autoridades brasileiras. A mineradora está trabalhando para assinar dois Termos de Ajustamento de Conduta (TACs): um relacionado aos impactos socio-econômicos e outro ligado a questões ambientais resultantes do rompimento da barragem de Brumadinho, em janeiro. Todo esse cenário foi descrito pelo presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, a analistas de bancos recebidos pela companhia, no Rio, na quarta-feira.

Um dos temas discutidos na reunião foi o cenário para retomada do pagamento de dividendos aos acionistas. Não está claro ainda quando isso poderá acontecer. Logo depois da tragédia a Vale anunciou a suspensão da remuneração aos investidores, seja via dividendos ou por meio do pagamento de juros sobre capital próprio. A empresa tinha em andamento um programa de recompra de ações, que também foi suspenso.

O BTG Pactual, presente ao evento, disse em relatório que acredita que a administração da Vale adotou um tom "prudente", esperando "recuperar o direito" de distribuir dividendos aos acionistas depois do desastre de Brumadinho. Para o banco, o retorno dos pagamentos é uma questão de tempo.

No mercado, comenta-se se poderá haver alguma mudança na fórmula de pagamentos de dividendos, quando a companhia voltar a remunerar seus investidores. A política atual, instituída pelo ex-presidente Fabio Schvartsman, prevê o pagamento de 30% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), menos o investimento corrente. O BTG disse no relatório que a empresa poderia reestabelecer uma fórmula antiga de pagar aos acionistas o

equivalente a cerca de 50% do fluxo livre de caixa.

Sobre os acordos com a Justiça, a administração da Vale destacou na reunião que está trabalhando para assinar dois acordos separados, um sócio-econômico, que já está em uma fase adiantada e com quase todo o valor provisionado, e um acordo ambiental, que ainda precisa ser negociado, diz o relatório. Os dois acordos só devem ser fechados no próximo ano, mas há a expectativa de que outros pequenos acordos sejam assinados na segunda metade de 2019.

Também presente ao encontro, o Bradesco BBI avaliou, em relatório, que a Vale está no caminho para recuperar a confiança da sociedade e dos investidores. Segundo o banco, a mensagem passada pela administração da Vale foi positiva, embora fosse esperado um acordo mais rápido entre a companhia e as autoridades sobre as indenizações referentes a Brumadinho.

Pelo lado positivo, as provisões adicionais relacionadas ao caso devem ser registradas no segundo trimestre, o que deve fornecer uma estimativa melhor do valor total que será gasto com o caso. "A administração parece concordar com a nossa estimativa de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões", diz trecho do relatório. No primeiro trimestre de 2019, a Vale registrou um impacto financeiro de R\$ 19 bilhões referente a Brumadinho.

Quando os investidores entenderem que é improvável que as compensações ultrapassem o número de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões, é esperado que as ações sejam reclassificadas, disse o Bradesco BBI. A Vale é negociada a preço equivalente a quatro vezes o Ebitda esperado para 2020, relação mais baixa dentro do histórico da companhia e com desconto de 40% para a concorrente Rio Tinto.

A corretora Itaú BBA destacou que a Vale está otimista com a retomada das operações na mina de Brucutu (MG), uma das principais da empresa no Estado. O retorno de Brucutu poderá adicionar

Data: 14/06/2019

20 milhões de toneladas de capacidade uma vez que a empresa já produz no local 10 milhões de toneladas pelo sistema a seco. Na reunião, a Vale comunicou que o conselho aprovou investimento de US\$ 50 milhões para estudos da potencial expansão da produção no sistema norte, no Pará.

<https://www.valor.com.br/empresas/6306211/vale-negocia-dois-acordos-com-justica>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Parcerias na corrida do carro elétrico**

Por Thais Villaga | Da Autoesporte

As joint ventures são ótimas maneiras de uma montadora cortar custos de produção. As empresas compartilham tecnologias e experiência para criar um produto que pode ser usado pelas duas parceiras, cada uma usando sua própria identidade. Além disso, garantem economia de escala em compras conjuntas.

E como a onda mundial são os carros eletrificados, que devem dominar o cenário mundial nos próximos anos, nada mais natural do que observar as movimentações das marcas em consonância com esse objetivo.

Com esse pensamento, BMW e Jaguar Land Rover anunciaram que vão unir forças para desenvolver uma nova geração de motores elétricos, enquanto as japonesas Toyota e Subaru decidiram se alinhar para criar um SUV elétrico.

De acordo com a BMW, a fabricante inglesa compartilha sua visão estratégica de tecnologias de motorização elétrica, sustentável e voltada para o futuro. A quinta geração do sistema de propulsão elétrico eDrive, da marca bávara, servirá de base para as gerações subsequentes lançadas em conjunto com a Jaguar Land Rover.

Já Toyota e Subaru vão desenvolver um SUV do porte de RAV4 ou Forester alimentado por baterias em uma plataforma criada para servir de base a uma série de veículos no futuro. Ambas venderão o modelo com seus respectivos logotipos e estilos. A ideia é que essa plataforma seja usada para outros modelos, como sedãs e crossovers dos segmentos C e D.

As empresas afirmam que querem unir o conhecimento da Toyota em carros eletrificados com a expertise da Subaru em veículos com tração integral. Portanto, não será surpresa que o futuro SUV elétrico compartilhado tenha tração 4x4.

Não é a primeira vez que a Toyota divide suas tecnologias com outras empresas. Recentemente, a montadora lançou o Supra 2020, que divide grande parte de sua mecânica e chassi com o novo BMW Z4. Além disso, a japonesa já havia contribuído com o desenvolvimento do Crosstrek plug-in, da própria Subaru.

<https://www.valor.com.br/empresas/6306179/parcerias-na-corrida-do-carro-eletrico>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019**Cargill combate desmatamento do Cerrado**

Por Camila Souza Ramos | De São Paulo

A americana Cargill, maior companhia de agronegócios do mundo, avaliou que não conseguirá cumprir o compromisso de garantir que, até 2020, toda a soja que compra no mundo não tenha origem em regiões com desmatamento. Diante dessa constatação, a multinacional lançou ontem um novo plano de ações e investimentos, com foco na América do Sul - sobretudo no Cerrado brasileiro - para garantir o cumprimento da meta até 2030.

Em 2014, a companhia firmou a Declaração de Nova York sobre Florestas, cujos signatários se comprometeram a cortar pela metade as perdas das florestas naturais em suas regiões de suprimento de matérias-primas agrícolas até 2020 e acabar com o desmatamento em suas cadeias até 2030. Porém, organismos internacionais como o Forest 500, projeto da ONG ambiental Global Canopy, já vinha alertando que a meta de 2020 não seria alcançada.

Em teleconferência com jornalistas, a diretora global de sustentabilidade da Cargill, Ruth Kimmelshue, fez a mesma avaliação e afirmou que "toda a indústria deverá falhar" com a meta de cortar pela metade o desmatamento na originação em 2020. "Nós não acreditamos que a indústria tenha respostas para um desafio tão complexo", afirmou a executiva.

Apesar desse diagnóstico, ela afirmou que a companhia está procurando soluções com parceiros, incluindo competidores e clientes, e anunciou que está disponibilizando inicialmente US\$ 30 milhões para ações voltadas especificamente para o Brasil, para a proteção de florestas e da vegetação nativa. O direcionamento dos investimentos será estabelecido com um "facilitador", que a Cargill ainda está procurando. O perfil desse facilitador ainda não está definido, mas poderá ser uma ONG ou uma associação setorial.

A ação, porém, só fará sentido se outros agentes também contribuírem, argumentou. "A indústria da soja no Brasil tem muitos players pequenos e grandes. Se a Cargill adotar ações sozinha, as mesmas práticas que existem hoje vão continuar", disse o CEO da múlti, Dave MacLennan, em nota. "A Cargill é uma grande companhia, mas o desmatamento é maior que nós", reforçou Ruth.

A região considerada mais crítica pela Cargill no mundo para que a meta global de acabar com o desmatamento seja alcançada é o Cerrado brasileiro. Para isso, a companhia colocou a região do "Matopiba" como a prioridade do momento.

"Globalmente, as áreas mais críticas de desmatamento são as que nos últimos 25 anos tiveram maior ação humana", explicou a diretora de sustentabilidade da múlti. Ela comparou a região do Cerrado brasileiro com as áreas de plantio de palma na Indonésia, que também estão sob intensa pressão internacional por causa do desmatamento. O problema na Indonésia fez com que a União Europeia desconsiderasse neste ano o biodiesel feito do óleo de palma como combustível renovável.

No Brasil, a Cargill é signatária desde 2006 da Moratória da Soja da Amazônia, na qual se comprometeu a não comprar soja de áreas desmatadas do bioma.

A íntegra da matéria sobre os planos da Cargill está disponível em www.valor.com.br/u/6305891

<https://www.valor.com.br/agro/6306121/cargill-combate-desmatamento-do-cerrado>

[Voltar ao Sumário](#)

Data: 14/06/2019

Petróleo impulsiona ganhos em Wall Street

Por André Mizutani | De São Paulo

[Voltar ao Sumário](#)

A atenção dos investidores se voltou ontem aos preços do petróleo, depois que um ataque a dois navios petroleiros no Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, alimentou incertezas sobre a oferta da commodity. O episódio de ontem se soma aos ocorridos no mês de maio, quando quatro petroleiros foram danificados por minas nas águas dos Emirados Árabes Unidos, aumentando a instabilidade na região.

Com o impulso dado pelo noticiário, os contratos futuros do Brent para agosto encerraram o dia em alta de 2,23%, a US\$ 61,31 o barril, depois de tocarem alta de 5,1% nas máximas intradiárias. Os contratos do WTI para julho encerraram a sessão em alta de 2,22%, para US\$ 52,28 o barril, após avançar 4,51% na máxima intradiária.

Os ganhos da commodity impulsionaram, por sua vez, as ações das companhias de energia, que lideraram os ganhos no S&P 500, em alta de 1,25%. O índice amplo de Nova York teve valorização de 0,41%, a 2.891,64 pontos, ampliando os ganhos da semana. O Dow Jones, por sua vez, fechou em alta de 0,39%, a 26.106,77 pontos, enquanto o Nasdaq subiu 0,57%, a 7.837,13 pontos.

O cenário de risco alimentou a demanda dos investidores por ativos de proteção. Os rendimentos dos títulos americanos voltaram a recuar, devolvendo a recuperação do começo da semana e voltando aos níveis da sexta-feira passada. O juro da T-note de dez anos recuou a 2,10%, frente a 2,13% do fechamento anterior e a 2,09% do encerramento da semana passada. O contrato futuro do ouro, por sua vez, encerrou o dia em alta de 0,51%, para US\$ 1.343,70 por onça-troy.

<https://www.valor.com.br/financas/6306003/petroleo-impulsiona-ganhos-em-wall-street>